UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

ADALBERTO DOS SANTOS

VULNERABILIDADE SOCIAL EM CAMPO GRANDE-MS: UMA ANÁLISE DE INDICADORES NO SÉCULO XXI

Campo Grande - MS
2026

ADALBERTO DOS SANTOS

VULNERABILIDADE SOCIAL EM CAMPO GRANDE-MS: UMA ANÁLISE DE INDICADORES NO SÉCULO XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande/MS, como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Boldrine Abrita

Linha de Pesquisa: Produção, circulação e desenvolvimento territorial

Campo Grande – MS
2026

S233v Santos, Adalberto dos

Vulnerabilidade social em Campo Grande-MS: uma análise de indicadores no século XXI / Adalberto dos Santos. – Campo Grande, MS: UEMS, 2026.
82 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2026.
Orientador: Prof. Dr. Mateus Boldrine Abrita.

1. Campo Grande (MS) — Condições sociais — Século XXI. 2. Indicadores sociais. 3. Vulnerabilidade social. 4. Pobreza urbana 5. Desigualdade socioespacial. I. Abrita, Mateus Boldrine. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. III. Título.

CDD 23 ed. 305.568098171

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Aline Perdomo Soutelo, inscrita sob o CRB n. 3668 - 1ª Região.

Adalberto dos Santos

VULNERABILIDADE SOCIAL EM CAMPO GRANDE-MS: UMA ANÁLISE DE INDICADORES NO SÉCULO XXI.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande/MS, como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Integração, Território e Ambiente

Linha de Pesquisa: Produção, circulação e desenvolvimento territorial

Campo Grande - MS. Data: 15 de setembro de 2026

Banca Examinadora

Prof. Dr. Mateus Boldrine Abrita
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Orientador

Prof. Dr. Rafael Oliveira Fonseca
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Avaliador Interno

Prof. Dr. Leandro Sauer
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Avaliador Externo

Dedicatória

Dedico esta dissertação aos meus pais, *in memoriam*, e à minha família, pela força, pelo apoio e pelo incentivo constantes nos momentos mais desafiadores desta caminhada acadêmica. Ao meu orientador, Professor Dr. Mateus Boldrine Abrita, pela orientação, pela confiança e pelas contribuições fundamentais para a realização deste trabalho. Dedico também esta pesquisa à primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, e aos professores do PPGEO/UEMS-UUCG, pelo compromisso com a formação acadêmica, científica e humana.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, proteção e sabedoria concedidas ao longo desta caminhada acadêmica, especialmente nos momentos de maior dificuldade e superação.

Aos meus pais, minha mãe Juracy Borges dos Santos e meu pai Paulo Estrepassoni dos Santos, *in memoriam,* minha eterna gratidão pelos ensinamentos, valores e amor que continuam presentes em minha vida e que foram fundamentais para a construção da pessoa que sou. *O descanso daqueles que já partiram antes de nós não pode aquietar o desassossego daqueles que seguirão."* — Encontrando Forrester (Finding Forrester, 2000).

À minha família, irmã Adriana, cunhado Irineu, meus sobrinhos Jessyca, Felipe, Leonardo, Rafaela e Manuela, agradeço pelo apoio, pela força, pelo incentivo e pela presença constante durante esta trajetória.

Ao meu orientador, Professor Dr. Mateus Boldrine Abrita, agradeço pela orientação, paciência, confiança e disponibilidade ao longo desta pesquisa. Suas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho e para que ele fosse realizado com responsabilidade, dedicação e rigor acadêmico.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, e à banca avaliadora, agradeço pelos conhecimentos compartilhados, pelas reflexões proporcionadas e pelo compromisso com a formação acadêmica e humana dos discentes.

À primeira turma do PPGEO/UEMS-UUCG, “turma do café”, em especial a Marcia, Ilcileia, Robson e Douglas, que me deram incentivo e ânimo no momento crucial da jornada acadêmica, expresso todo o meu reconhecimento pela convivência, pela parceria, pela troca de experiências e pelo companheirismo ao longo do curso. Cada diálogo, desafio, viagem a campo e aprendizado compartilhado contribuiu para tornar esta caminhada mais significativa.

Agradeço também aos colegas, amigos e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação, seja por meio de palavras de incentivo, apoio emocional, colaboração acadêmica ou compreensão nos momentos de ausência e dedicação aos estudos.

Agradeço também à organização Narcóticos Anônimos, pela nova maneira de viver, pelas partilhas, pelo fortalecimento espiritual e pelo apoio fundamental no processo de recuperação, crescimento pessoal e perseverança diante dos desafios da vida.

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação (PIBAP), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), pela concessão da bolsa de estudos, cujo apoio financeiro foi fundamental para a dedicação à pesquisa e para a realização desta dissertação.

Por fim, agradeço à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade de formação, pesquisa e crescimento intelectual, fundamentais para a concretização deste trabalho.

Epígrafe

"O território torna visíveis as marcas da desigualdade e, ao mesmo tempo, abriga as possibilidades de transformação social."

RESUMO

A presente dissertação analisa a trajetória socioespacial da pobreza, da exclusão e da vulnerabilidade social em Campo Grande-MS no século XXI, considerando os levantamentos de 2000, 2010 e 2024. O objetivo geral é identificar permanências, mudanças e agravamentos relativos na distribuição territorial da vulnerabilidade, relacionando os bairros mais críticos à oferta de serviços públicos municipais. Para tanto, adota-se abordagem qualitativa, documental e territorial, com base nos Censos Demográficos e nos estudos de Sauer, Campêlo e Capillé, organizados por regiões urbanas e bairros. Reconhece-se que os indicadores dos três períodos não possuem metodologia idêntica; por isso, evita-se a comparação numérica absoluta e prioriza-se a posição relativa dos bairros e regiões em cada levantamento. Os resultados indicam que, embora Campo Grande apresente melhorias pontuais, a vulnerabilidade permanece concentrada em territórios específicos, sobretudo nas bordas da mancha urbana. O Capítulo 3 aprofunda a análise dos bairros Centro-Oeste, Noroeste, Moreninhas, Mata do Segredo e Núcleo Industrial, destacados pela pobreza em 2000 e relevantes para observar permanências, agravamentos ou melhorias relativas até 2024. Conclui-se que a vulnerabilidade social no município possui forte dimensão territorial e que seu enfrentamento exige políticas públicas contínuas, intersetoriais e orientadas pela escala dos bairros, articulando assistência social, habitação, saneamento, mobilidade, educação, saúde, trabalho e renda.

Palavras-chave: vulnerabilidade social; exclusão social; pobreza urbana; desigualdade socioespacial; Campo Grande-MS.

ABSTRACT

This research analyzes the socio-spatial trajectory of social exclusion, poverty, and social vulnerability in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, throughout the twenty-first century, considering the surveys from 2000, 2010, and 2024. The general objective is to identify continuities, changes, and relative aggravations in the territorial distribution of vulnerability, as well as to relate the most critical neighborhoods to the provision of municipal public services. The study adopts a qualitative approach, documentary analysis, and spatial reading of indicators, based on Demographic Censuses and on the studies by Sauer, Campêlo, and Capillé, organized by urban regions and neighborhoods. The research recognizes that the indicators from the three periods were not built using identical methodologies; therefore, it avoids absolute numerical analyses and prioritizes the relative position of neighborhoods and regions in each survey. The results indicate that, although Campo Grande has shown specific improvements, vulnerability remains concentrated in certain territories, especially on the edges of the urban area. Chapter 3 deepens the analysis of Centro-Oeste, Noroeste, Moreninhas, Mata do Segredo, and Núcleo Industrial, which stood out for poverty in 2000 and allow the observation of continuities, aggravations, or relative improvements up to 2024. It concludes that social vulnerability in the municipality has a strong territorial component and that addressing it requires continuous, intersectoral public policies oriented by the neighborhood scale, linking social assistance, housing, sanitation, mobility, education, health, work, and income.

Keywords: social vulnerability; social exclusion; urban poverty; socio-spatial inequality; Campo Grande-MS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa das regiões do município de Campo Grande-MS 28

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Índice de Pobreza por bairros em Campo Grande-MS, 2000.....27
Mapa 02 – Índice de Vulnerabilidade Social por região em Campo Grande-MS.....51
Mapa 03 – Índice de Pobreza por bairros em Campo Grande-MS, 2000.....53
Mapa 04 – Índice de Exclusão Social por bairros em Campo Grande-MS, 2010.....54
Mapa 05 – Índice de Vulnerabilidade Social por bairros em Campo Grande-MS, 2024.....57
Mapa 06 – Índice de Vulnerabilidade Social por região em Campo Grande-MS.....58

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Classificação relativa dos indicadores de famílias com necessidades e pobreza por região urbana em 2000 51
Tabela 02 – Classificação relativa dos indicadores de exclusão social e pobreza por região urbana em 2010 52
Tabela 03 – Classificação relativa da vulnerabilidade social por região urbana em 2024 53
Tabela 04 – Classificação relativa dos bairros críticos, serviços públicos e vulnerabilidade social.....75

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Evolução socioespacial por bairro – Região Centro 30
Quadro 02 – Análise da evolução socioespacial por bairro – Região Prosa 32
Quadro 03 – Análise da evolução socioespacial por bairro – Região Segredo 37
Quadro 04 – Análise da evolução socioespacial por bairro – Região Bandeira 40
Quadro 05 – Análise da evolução socioespacial por bairro – Região Anhanduizinho 43
Quadro 06 – Análise da evolução socioespacial por bairro – Região Lagoa 45
Quadro 07 – Evolução socioespacial por bairro – Região Imbirussu 46
Quadro 08 – Critérios de classificação do indicador municipal de vulnerabilidade social utilizado no levantamento de 2024 50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CDD – Classificação Decimal de Dewey

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

COVID-19 – Doença do coronavírus 2019

Dr. – Doutor

Et al. – e outros autores

EMEIs – Escolas Municipais de Educação Infantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES – Índice de Exclusão Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Jr. – Júnior

IPOBREZA – Índice de Pobreza

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

MS – Mato Grosso do Sul

PIB – Produto Interno Bruto

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

PPGEO/UEMS-UUCG – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Campo Grande

Prof. – Professor

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UBS – Unidade Básica de Saúde

USF – Unidade de Saúde da Família

UEMS-UUCG – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Campo Grande

UUCG – Unidade Universitária de Campo Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 17
2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL: ELEMENTOS INICIAIS 18
2.1.1 Definição histórica da vulnerabilidade social 20
2.1.2 Conexão entre a Geografia e a vulnerabilidade social 23
2.2 OS CONCEITOS GEOGRÁFICOS FUNDAMENTAIS RELACIONADOS À VULNERABILIDADE SOCIAL 24
2.2.1 Trajetória histórica da vulnerabilidade social 25
3 ANÁLISE DOS DADOS REGIONAIS.....26
3.1 DIAGNÓSTICO INDIVIDUAL DAS REGIÕES URBANAS DE CAMPO GRANDE-MS.....28
3.1.1 Região Centro.....29
3.1.2 Região do Prosa.....32
3.1.3 Região Segredo.....36
3.1.4 Região Bandeira.....39
3.1.5 Região Anhanduizinho 42
3.1.6 Região Lagoa 44
3.1.7 Região Imbirussu 46
4 ANÁLISE DOS BAIRROS CRÍTICOS.....58
4.1 Centro-Oeste – Região Anhanduizinho.....59
4.2 Noroeste – Região Prosa.....61
4.3 Mata do Segredo – Região Segredo.....63
4.4 Núcleo Industrial – Região Imbirussu.....65
4.5 Moreninhas – Região Bandeira.....66
4.6 Serviços públicos básicos, carências territoriais e vulnerabilidade social.....69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 71
REFERÊNCIAS 78

1 INTRODUÇÃO

A urbanização brasileira, marcada por crescimento acelerado, expansão periférica e distribuição desigual de infraestrutura, produziu cidades internamente fragmentadas. Em Campo Grande-MS, esse processo resultou na formação de áreas com diferentes níveis de acesso à renda, moradia, saneamento, saúde, educação, mobilidade e serviços públicos. Embora o município apresente indicadores gerais relativamente favoráveis, a análise em escala intraurbana revela que a vulnerabilidade social permanece concentrada em determinados bairros e regiões, sobretudo nas bordas da mancha urbana.

Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, possuía 898.100 habitantes no Censo Demográfico de 2022, IDHM de 0,784 e PIB per capita de R$ 47.065,77 em 2023. Esses dados indicam a relevância econômica e social do município no contexto estadual, mas não expressam, isoladamente, as desigualdades existentes entre os bairros. O problema central desta pesquisa consiste em compreender como a exclusão, a pobreza e a vulnerabilidade social se distribuíram no território campo-grandense ao longo do século XXI, considerando os levantamentos de 2000, 2010 e 2024.

A escolha do recorte territorial justifica-se pela necessidade de compreender a vulnerabilidade social em escala intraurbana, considerando que as médias municipais e regionais podem ocultar desigualdades importantes entre bairros. Assim, a pesquisa observa a trajetória dos indicadores de 2000, 2010 e 2024 sem tratá-los como série estatística diretamente comparável, mas como registros históricos sucessivos que permitem identificar permanências, mudanças e diferenças relativas na distribuição territorial da pobreza, da exclusão e da vulnerabilidade social em Campo Grande-MS.

A justificativa da pesquisa fundamenta-se na necessidade de uma leitura territorializada dos indicadores sociais. As médias municipais, embora importantes, podem ocultar contrastes internos e bolsões de pobreza em bairros específicos. Nesse sentido, os estudos de Sauer, Campêlo e Capillé sobre o mapeamento dos índices de inclusão, exclusão e vulnerabilidade social em Campo Grande-MS constituem referência central, pois permitem observar a cidade a partir de suas regiões urbanas e bairros, evidenciando a distribuição espacial das carências sociais.

A hipótese adotada é que houve melhorias relativas em determinados indicadores sociais de Campo Grande-MS ao longo do século XXI, mas tais melhorias ocorreram de maneira desigual no território. Assim, alguns bairros permaneceram entre os mais críticos, enquanto outros registraram recuperação relativa ou deslocamento de posição no conjunto urbano. Essa hipótese considera que a vulnerabilidade social deve ser analisada pela posição

relativa dos bairros e regiões em cada levantamento, e não pela comparação direta de valores absolutos, articulando desigualdade territorial e oferta de serviços públicos municipais.

O objetivo geral desta dissertação é analisar a evolução histórica e socioespacial da exclusão, da pobreza e da vulnerabilidade social na cidade de Campo Grande-MS ao longo do século XXI, considerando os levantamentos de 2000, 2010 e 2024 como marcos históricos de leitura territorial. Busca-se identificar permanências, mudanças e territórios mais críticos, bem como examinar sua relação com a oferta e a cobertura de serviços públicos municipais, sem tratar os indicadores como séries numéricas diretamente comparáveis.

Os objetivos específicos são: a) discutir teoricamente os conceitos de vulnerabilidade social, exclusão social, pobreza e território, articulando-os à análise geográfica; b) examinar a distribuição dos indicadores de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social nas sete regiões urbanas de Campo Grande-MS; c) identificar os bairros que apresentavam maior criticidade em 2000 e verificar suas trajetórias em 2010 e 2024; d) analisar a relação entre os territórios vulneráveis e os serviços municipais existentes ou necessários para mitigação das desigualdades.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota abordagem qualitativa, análise documental e leitura espacial dos indicadores. Utiliza dados dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022 e os levantamentos de Sauer, Campêlo e Capillé publicados em 2005, 2012 e 2024. A análise organiza os bairros e as regiões urbanas segundo sua posição relativa em cada levantamento, tratando cada base como registro histórico de seu período. Esse procedimento permite identificar permanências, deslocamentos, agravamentos e recuperações relativas, sem pressupor equivalência numérica entre os indicadores, e relacionar essas trajetórias à oferta e à cobertura dos serviços públicos municipais.

É necessário destacar uma limitação metodológica central: os indicadores de 2000, 2010 e 2024 não foram construídos exatamente pela mesma metodologia. Os levantamentos de 2000 e 2010 estão relacionados aos índices de inclusão, exclusão social, pobreza e necessidades, enquanto o estudo de 2024 utiliza um indicador municipal de vulnerabilidade social, estruturado em escala de 0 a 1 e em categorias semelhantes às utilizadas pelo IVS/IPEA, mas sem reproduzir integralmente as mesmas dimensões do índice nacional. Desse modo, o trabalho não propõe uma comparação estatística direta entre os três períodos, mas uma leitura da evolução histórica da vulnerabilidade social em Campo Grande-MS, tomando cada levantamento como uma fotografia territorial de seu tempo.

Os três levantamentos empregam denominações e composições distintas. Em 2000, o índice de pobreza e o indicador de famílias com necessidades expressam carências

econômicas e sociais; em 2010, o Índice de Exclusão Social amplia a leitura para dimensões associadas à inserção social e territorial; em 2024, o Índice de Vulnerabilidade Social reúne fatores relacionados à exposição a riscos e à capacidade de acesso a recursos e oportunidades. Essas medidas não são equivalentes, mas permitem aproximação qualitativa porque identificam, em cada período, os bairros e regiões que ocupavam posições relativamente mais críticas no conjunto municipal.

Essa ressalva é fundamental para evitar interpretações equivocadas. Os indicadores funcionam como fotografias sociais de cada período, permitindo observar quais bairros ocupavam posições mais críticas em 2000, como essa condição relativa se expressou em 2010 e de que maneira esses territórios aparecem no levantamento de 2024. Assim, a análise aqui desenvolvida é histórica, relativa e territorial, voltada à compreensão da trajetória da desigualdade social, da exclusão e da vulnerabilidade no interior da cidade, sem afirmar variações estatísticas diretas entre indicadores construídos por metodologias distintas.

Para operacionalizar essa leitura, adota-se o método de harmonização qualitativa por posicionamento relativo. Esse procedimento consiste em interpretar bairros e regiões segundo sua posição no conjunto municipal em cada levantamento, considerando rankings, faixas, classes, quartis ou decis de criticidade, quando disponíveis, e não a equivalência numérica direta entre índices distintos. Assim, a leitura entre 2000, 2010 e 2024 não se baseia na variação percentual dos indicadores, mas na permanência, no deslocamento ou na alteração relativa da criticidade territorial em cada fotografia histórica. Essa estratégia metodológica preserva o rigor comparativo diante de bases construídas por metodologias diferentes e evita inferências estatísticas indevidas, como afirmar que a pobreza “dobrou”, que houve “piora de determinado percentual” ou que os índices formam uma série temporal contínua.

A dissertação está estruturada em três capítulos, além das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta a discussão teórica sobre vulnerabilidade social, exclusão, pobreza, território e a contribuição da Geografia para a leitura das desigualdades socioespaciais. O segundo capítulo realiza o diagnóstico das sete regiões urbanas de Campo Grande-MS, examinando os indicadores de 2000, 2010 e 2024 de forma relativa e territorializada. O terceiro capítulo aprofunda a análise dos cinco bairros que se destacavam pelos maiores índices de pobreza em 2000: Centro-Oeste, Noroeste, Moreninhas, Mata do Segredo e Núcleo Industrial, avaliando suas trajetórias até 2024 e sua relação com a permanência ou mudança da vulnerabilidade social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica da pesquisa e delimita cinco categorias articuladas, porém distintas. Pobreza designa a insuficiência de recursos para atender necessidades básicas; exclusão social refere-se a processos que restringem o acesso a direitos, redes e formas de participação; vulnerabilidade social corresponde à exposição diferenciada a riscos combinada à menor capacidade de mobilizar recursos e oportunidades; território é compreendido como espaço apropriado, usado e organizado por relações sociais e de poder; e risco resulta da interação entre ameaças, exposição e vulnerabilidade em contextos determinados. Nesta dissertação, essas categorias são mobilizadas para interpretar desigualdades intraurbanas sem reduzir a vulnerabilidade à renda.

Inicialmente, o capítulo delimita os elementos conceituais da vulnerabilidade social e sua relação com a Geografia, destacando a importância da análise espacial para identificar a distribuição desigual de riscos, recursos e oportunidades no território. Em seguida, apresenta uma breve contextualização histórica do fenômeno no Brasil e em Campo Grande-MS, evidenciando como processos como colonização, escravidão, concentração fundiária, urbanização acelerada e desigualdade socioespacial contribuíram para a permanência de territórios vulneráveis.

A abordagem geográfica permite compreender a vulnerabilidade social como expressão das desigualdades produzidas no espaço. Nesse sentido, os indicadores e mapeamentos utilizados por instituições como o IPEA e pelos estudos sobre Campo Grande-MS constituem instrumentos importantes para interpretar a distribuição territorial das carências sociais e subsidiar políticas públicas mais precisas e territorializadas.

Ao articular conceitos de vulnerabilidade, exclusão, território e desigualdade socioespacial, o capítulo prepara a base teórica para a análise empírica desenvolvida posteriormente. Essa discussão é fundamental para compreender por que determinados bairros e regiões urbanas de Campo Grande permanecem mais expostos a riscos sociais, mesmo diante de melhorias pontuais em indicadores gerais do município.

2.1 Vulnerabilidade social: elementos iniciais

A compreensão da vulnerabilidade social exige, inicialmente, uma reflexão sobre a contribuição da Geografia para a análise das desigualdades socioespaciais. Enquanto ciência, a Geografia possui diferentes definições e, conforme aponta Moraes (2007), uma de suas concepções mais recorrentes é a de estudo da superfície terrestre. No entanto, tal compreensão pode tornar-se restrita quando reduz a Geografia a uma simples descrição da superfície da Terra ou à análise das relações entre sociedade e natureza. A superfície terrestre deve ser

compreendida como uma realidade complexa, na qual se articulam elementos naturais, sociais, culturais e econômicos responsáveis pela produção e transformação do espaço geográfico.

Neste sentido, a Geografia não se limita à descrição da superfície terrestre ou à localização dos fenômenos, mas busca compreender como os processos sociais, econômicos, políticos e culturais se materializam no espaço. Essa capacidade interpretativa torna a análise geográfica especialmente relevante para o estudo da vulnerabilidade social, uma vez que as desigualdades não ocorrem de forma homogênea na sociedade, mas se distribuem de maneira diferenciada no território, produzindo espaços com distintos níveis de acesso a recursos, oportunidades e direitos.

A perspectiva geográfica da vulnerabilidade social evidencia que as desigualdades não se distribuem de forma aleatória, mas se materializam em territórios específicos. Por isso, compreender as relações entre sociedade, natureza, economia e políticas públicas é essencial para identificar áreas mais expostas a riscos e formular estratégias de redução das desigualdades socioespaciais.

Governos e pesquisadores utilizam o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) como ferramenta para avaliar condições de vida e orientar políticas públicas. O indicador considera dimensões como saúde, educação, renda, moradia e infraestrutura urbana, permitindo uma leitura mais ampla das desigualdades e auxiliando na identificação dos territórios que demandam maior atenção do poder público.

No Atlas da Vulnerabilidade Social, o IVS organiza a análise em três dimensões — infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho —, permitindo reconhecer desigualdades que não se limitam à renda e identificar territórios que demandam maior atenção do poder público (BRASIL, 2015).

A vulnerabilidade social corresponde à condição de pessoas ou grupos expostos a riscos elevados em razão de fatores sociais, econômicos, territoriais e ambientais. Trata-se de um conceito multidimensional, que não se limita à insuficiência de renda, mas envolve dificuldades de acesso à saúde, educação, moradia, saneamento, trabalho, serviços públicos e oportunidades de participação social (Brasil, 2015; Medeiros, 2014).

A desigualdade social no Brasil tem origens históricas, resultantes de quatro séculos de escravidão, do desenvolvimento rápido e tardio do capitalismo, do processo de urbanização acelerado e da ausência de políticas sociais consistentes que pudessem reduzir ou, ao menos, atenuar a exclusão e promover a inclusão social (Cançado; Souza; Cardoso, 2014; Pedroso, 2020; Lopes; Pereira, 2022).

Nesse cenário, Medeiros (2014), ao discutir as limitações do conceito de exclusão social, destaca que a classificação de indivíduos ou famílias como incluídos ou excluídos mostrou-se insuficiente para compreender situações intermediárias. Alguns estudos passaram a indicar a presença de uma "zona de vulnerabilidade", composta tanto por segmentos da população pobre que buscavam alternativas de inclusão quanto por setores da classe média que haviam perdido canais de inserção social, dando origem ao conceito de vulnerabilidade social.

Vieira et al. (2024) também compreendem a vulnerabilidade social como condição de fragilidade material, relacional e institucional vivenciada por indivíduos e grupos em contextos socioeconômicos desfavoráveis. Essa condição pode ser agravada por crises econômicas, preconceitos, ausência de serviços essenciais e dificuldades de integração plena à sociedade.

Paugam (2003) destaca que a dimensão relacional da vulnerabilidade envolve o enfraquecimento dos vínculos de solidariedade, pertencimento e reconhecimento que sustentam o indivíduo em sociedade. Diferentemente da vulnerabilidade econômica, centrada na escassez de recursos materiais, essa dimensão enfatiza os efeitos simbólicos da exclusão, como isolamento social, desfiliação, estigmatização e perda de autoestima.

Para Kaztman (2001), a vulnerabilidade social manifesta-se na dificuldade de acesso às oportunidades oferecidas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. Quando indivíduos e grupos não conseguem mobilizar recursos materiais, educacionais, relacionais e institucionais, ampliam-se as situações de desproteção, insegurança e marginalização social.

> A situação de vulnerabilidade social está relacionada com a exclusão de cidadãos e falta de representatividade e oportunidades. Além disso, é um conceito multifatorial, ou seja, pode ocorrer por questões de moradia, renda, escolaridade, entre outros. Ainda, é importante ressaltar que a vulnerabilidade social não é sinônimo de pobreza, pois o conceito refere-se à fragilidade de um determinado grupo ou indivíduo por questões, que podem ser históricas, socioeconômicas ou de raça (Santos, 2020, p. 2).

Dessa forma, compreender as causas da vulnerabilidade social é fundamental para formular políticas públicas que considerem as especificidades dos grupos e territórios mais atingidos. Quando tais particularidades são ignoradas, tende-se a reproduzir ciclos contínuos de exclusão e desigualdade (Lessa; Costa, 2002).

2.1.1 Definição histórica da vulnerabilidade social

A vulnerabilidade social no Brasil deve ser compreendida como resultado de um processo histórico de longa duração, vinculado à formação desigual da sociedade e do

território. Desde o período colonial, a concentração da terra, a exploração do trabalho escravizado e a organização econômica voltada à acumulação de riquezas por grupos restritos produziram bases estruturais de desigualdade. A abolição da escravidão, sem políticas efetivas de reparação, acesso à terra, escolarização, trabalho protegido e inclusão social, manteve grande parte da população negra, pobre e trabalhadora em condições precárias de sobrevivência, reproduzindo desigualdades raciais, econômicas e territoriais que ainda se expressam no espaço urbano brasileiro, conforme Mendes (2024) e Theodoro (2018).

No século XX, a industrialização, o êxodo rural e a urbanização acelerada ampliaram a concentração populacional nas cidades, mas esse crescimento não foi acompanhado, de forma proporcional, pela universalização da infraestrutura urbana, da moradia digna, do saneamento, do transporte, da educação, da saúde e do trabalho formal. A expansão urbana brasileira ocorreu, em grande medida, por meio da ocupação periférica e da segregação socioespacial, produzindo bairros marcados por precariedade habitacional, informalidade laboral e acesso desigual aos serviços públicos. Assim, a vulnerabilidade social passou a assumir expressão territorial evidente, pois determinados grupos foram inseridos na cidade em condições desiguais de acesso aos direitos urbanos (Campos, 2023; Proni, 2011).

A redemocratização e a Constituição Federal de 1988 representaram avanços importantes na institucionalização dos direitos sociais, sobretudo nas áreas de saúde, assistência social, previdência, educação e proteção à cidadania. Entretanto, esses avanços não eliminaram as desigualdades historicamente acumuladas. A literatura contemporânea passou a compreender a vulnerabilidade não apenas como ausência de renda, mas como condição multidimensional de fragilidade diante de riscos econômicos, sociais, institucionais, territoriais e ambientais. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade resulta da combinação entre carências materiais, insegurança social, fragilidade dos vínculos comunitários e acesso insuficiente às oportunidades oferecidas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade (Carmo; Guizardi, 2018; Kaztman, 2001).

A consolidação de indicadores sociais e territoriais, como o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), contribuiu para tornar mais visíveis essas desigualdades. O Atlas da Vulnerabilidade Social, desenvolvido pelo IPEA, permite consultar indicadores e índices em mapas e tabelas, favorecendo análises sobre vulnerabilidade e exclusão social em diferentes recortes territoriais. Essa perspectiva é relevante para a Geografia porque evidencia que a vulnerabilidade não se distribui de maneira homogênea, mas se materializa em áreas específicas, exigindo leituras espaciais capazes de orientar políticas públicas territorializadas (Costa; Marguti, 2015; IPEA, 2017).

Mesmo com avanços pontuais em políticas sociais e redução relativa da pobreza em determinados períodos, a vulnerabilidade social permaneceu como fenômeno estrutural. As desigualdades raciais, regionais, econômicas e territoriais continuam condicionando o acesso da população aos direitos sociais e às oportunidades urbanas. Crises recentes, como a pandemia de COVID-19, evidenciaram a fragilidade de grupos historicamente vulnerabilizados, ampliando inseguranças relacionadas à renda, ao trabalho, à saúde, à moradia e à proteção social. Desse modo, a vulnerabilidade social deve ser analisada como produto de processos históricos acumulados, e não como resultado de situações individuais isoladas (Oxfam Brasil, 2022).

No caso de Campo Grande-MS, os processos de formação desigual do território assumem características próprias, relacionadas à expansão urbana da capital, à valorização seletiva do solo, à concentração de infraestrutura em áreas mais consolidadas e à permanência de bairros periféricos com menor acesso a serviços públicos. A cidade apresenta indicadores gerais relativamente favoráveis, mas a leitura intraurbana revela contrastes significativos entre regiões e bairros. Por isso, a análise da vulnerabilidade social no município exige observar a escala do bairro e das regiões urbanas, conforme orienta o objetivo desta dissertação, que busca identificar permanências, mudanças e agravamentos relativos entre 2000, 2010 e 2024.

Os estudos de Sauer, Campêlo e Capillé constituem referência central para essa leitura territorializada. O mapeamento da vulnerabilidade social de Campo Grande-MS publicado em 2024 e disponibilizado pela PLANURB caracteriza a vulnerabilidade como exposição desigual a riscos e dificuldades socioeconômicas, envolvendo acesso a recursos econômicos, serviços essenciais, capital social e oportunidades de participação cívica. Os levantamentos baseados nos dados censitários de 2000 e 2010, juntamente com o estudo de 2024, permitem compreender como a pobreza, a exclusão social e a vulnerabilidade se expressam espacialmente na capital, indicando áreas prioritárias para o planejamento urbano e a gestão das políticas públicas (Sauer; Campêlo, 2005; Sauer; Campêlo; Capillé, 2012; Sauer; Campêlo; Capillé, 2024).

A trajetória urbana de Campo Grande evidencia que a vulnerabilidade social não se explica apenas pela renda das famílias, mas pela forma como o espaço urbano foi produzido e ocupado ao longo do tempo. A expansão da mancha urbana, a formação de periferias, a distância em relação aos equipamentos públicos, as dificuldades de mobilidade, a precariedade habitacional e as desigualdades no acesso ao saneamento, à educação, à saúde, ao trabalho e à assistência social contribuem para a permanência de territórios vulneráveis. Nesse sentido, bairros localizados nas bordas urbanas ou em áreas de ocupação menos

consolidada tendem a concentrar maiores fragilidades, revelando a relação entre vulnerabilidade social e produção desigual do espaço.

Dessa forma, a contextualização histórica da vulnerabilidade social permite compreender que os indicadores analisados nesta pesquisa não são apenas números isolados, mas registros de processos sociais e territoriais acumulados. Em Campo Grande-MS, os levantamentos de 2000, 2010 e 2024 devem ser interpretados como fotografias históricas da desigualdade socioespacial, capazes de revelar permanências, deslocamentos e agravamentos relativos entre bairros e regiões urbanas. Essa leitura reforça a necessidade de políticas públicas integradas, contínuas e territorializadas, articulando assistência social, habitação, saneamento, mobilidade, educação, saúde, trabalho e renda para enfrentar as causas estruturais da vulnerabilidade.

2.1.2 Conexão entre a Geografia e a vulnerabilidade social

A Geografia contribui para a compreensão da vulnerabilidade social ao analisar como as desigualdades se materializam no espaço. Como ciência voltada ao estudo da organização territorial e das relações entre sociedade e meio, ela permite identificar a distribuição desigual de recursos, serviços, riscos ambientais e oportunidades, evidenciando que a vulnerabilidade possui forte dimensão socioespacial (Marandola Jr.; Hogan, 2005).

A vulnerabilidade social não se distribui de forma uniforme entre áreas urbanas e rurais. Regiões historicamente marginalizadas tendem a concentrar populações com acesso limitado a serviços públicos, infraestrutura e oportunidades de desenvolvimento. Nessa perspectiva, a análise geográfica permite identificar concentrações espaciais de maior vulnerabilidade e orientar políticas públicas direcionadas (García; Hillesheim, 2017).

A relação entre vulnerabilidade social e riscos ambientais também é central para a Geografia. Populações de baixa renda, frequentemente localizadas em áreas periféricas ou ambientalmente frágeis, estão mais expostas a enchentes, deslizamentos, ausência de saneamento e outros problemas decorrentes do planejamento territorial insuficiente. Nesta pesquisa, essa leitura espacial orienta a análise dos indicadores de 2000, 2010 e 2024.

A literatura sobre vulnerabilidade social apresenta diferentes definições e formas de operacionalização do conceito, o que exige explicitar a perspectiva adotada em cada pesquisa. Essa diversidade conceitual reforça a importância de instrumentos metodológicos capazes de quantificar e espacializar o fenômeno, como índices, mapas temáticos e análises territoriais.

Nas cidades, a segregação residencial, a limitada disponibilidade de terras urbanizadas e a precariedade da infraestrutura demonstram como a organização espacial pode intensificar

a vulnerabilidade social. Assim, áreas periféricas e bairros com menor acesso a equipamentos públicos tendem a apresentar maior concentração de riscos e desvantagens socioespaciais.

Por integrar dimensões físicas, sociais, econômicas e políticas, a Geografia oferece suporte teórico e metodológico para compreender a vulnerabilidade de forma articulada. Mapas, indicadores e análises espaciais permitem identificar áreas prioritárias e subsidiar estratégias de mitigação, planejamento urbano e justiça social.

Dessa forma, a Geografia não apenas descreve a localização dos grupos vulneráveis, mas interpreta os processos que produzem e reproduzem tais desigualdades. Ao relacionar vulnerabilidade social, território e políticas públicas, a análise geográfica contribui para intervenções mais eficazes, capazes de enfrentar as causas estruturais da exclusão e promover maior justiça espacial.

2.2 Os conceitos geográficos fundamentais relacionados à vulnerabilidade social

Na Geografia, a vulnerabilidade social expressa a exposição desigual de pessoas, grupos e territórios a ameaças, associada às diferentes capacidades de prevenção, resposta e recuperação. O risco, por sua vez, resulta da interação entre ameaça, exposição e vulnerabilidade em contextos sociais e territoriais determinados. Desse modo, os perigos não afetam todos os grupos e lugares da mesma maneira, pois seus efeitos variam conforme a exposição, a organização social, a estrutura econômica e as condições territoriais. Essa leitura é fundamental para a análise das desigualdades urbanas e para a formulação de políticas públicas destinadas à redução de vulnerabilidades e à promoção da inclusão social.

Cutter (1996) enfatiza que a vulnerabilidade social é um conceito de natureza multidimensional, englobando fatores tanto ambientais quanto sociais. Segundo essa visão, a vulnerabilidade é formada pela interação entre os riscos existentes no território e as particularidades sociais dos habitantes locais. Assim, os fatores de risco não são apenas consequência de desastres naturais, mas muitas vezes são originados pelas condições sociais e pela forma como a sociedade se organiza no espaço.

A aplicação do conceito de vulnerabilidade social na análise geográfica possibilita superar a clássica dicotomia “pobreza versus riqueza”, pois retrata condições intermediárias e em constante mudança entre inclusão e exclusão social. O enfoque geográfico incorpora indicadores como renda, habitação, nível educacional, saúde e redes sociais, permitindo a identificação de áreas vulneráveis dentro de um único município e promovendo uma compreensão mais abrangente das desigualdades socioespaciais.

Os mapeamentos e índices de vulnerabilidade social são ferramentas empregadas para apoiar o planejamento territorial e a formulação de políticas públicas voltadas a grupos mais

suscetíveis a riscos. Esses instrumentos são fundamentais para identificar áreas prioritárias para intervenção do Estado e agir para superar as desigualdades sociais. A renda é apenas um dos indicadores de vulnerabilidade, e a análise da situação de uma população deve considerar também o acesso a serviços essenciais e outras dimensões sociais.

Em suma, os princípios geográficos fundamentais da vulnerabilidade social também envolvem a análise integrada dos elementos ambientais, sociais e territoriais. Esses conceitos auxiliam na compreensão da distribuição desigual de riscos e recursos, além de contribuírem para a análise de políticas públicas que consideram as particularidades de cada território e são mais eficazes na promoção da justiça social.

2.2.1 Trajetória histórica da vulnerabilidade social

A leitura dos dados censitários de 2010 e 2022 indica que a trajetória da vulnerabilidade social em Campo Grande-MS revela um padrão de urbanização desigual, em que o aumento populacional não correspondeu a investimentos estruturais equitativos. As áreas periféricas exibem os índices mais alarmantes em termos de infraestrutura e serviços básicos, ao passo que as regiões centrais apresentam uma situação mais consolidada. Esse quadro mostra que, apesar do progresso econômico no município, existem áreas carentes que precisam de políticas públicas específicas e diretas.

A diferenciação entre centro e periferia constitui uma chave relevante para interpretar Campo Grande-MS, desde que não seja reduzida à distância física. Com base em Sposito (2011), essa relação pode ser compreendida como expressão da produção desigual do espaço urbano, marcada por distintas condições de acesso à infraestrutura, aos serviços, à renda, à moradia e aos direitos urbanos. No município, bairros mais consolidados, como Centro e Jardim dos Estados, contrastam com territórios como Los Angeles e Dom Antônio Barbosa, nos quais persistem carências urbanas e sociais.

Esses contrastes revelam que a identidade territorial campo-grandense foi produzida por processos históricos de ocupação, valorização seletiva do solo e distribuição desigual dos direitos urbanos. A permanência de carências nos bairros Los Angeles e Dom Antônio Barbosa, mesmo diante da consolidação de áreas como Centro e Jardim dos Estados, aproxima-se dos levantamentos municipais sobre vulnerabilidade social e demonstra que a posição territorial dos grupos condiciona seu acesso à infraestrutura, aos serviços públicos, à renda e à moradia qualificada. Por isso, políticas territorializadas devem considerar as diferenças internas entre bairros, e não apenas sua distância em relação ao núcleo central.

De acordo com Sauer, Campêlo e Capillé (2012) e Sauer, Campêlo e Capillé (2024), a análise da desigualdade socioespacial em Campo Grande-MS evidencia que os avanços

observados em alguns indicadores urbanos ocorreram de forma lenta, desigual e insuficiente para reduzir as disparidades presentes nas áreas periféricas da capital.

A partir dessa perspectiva, a interpretação dos dados discutidos nesta dissertação sugere que o período posterior a 2020 tornou ainda mais visíveis as fragilidades históricas desses territórios periféricos. A crise sanitária e seus desdobramentos econômicos evidenciaram a dificuldade das políticas públicas em promover uma recuperação equitativa para a cidade. Enquanto os bairros centrais apresentaram retomada mais rápida das atividades econômicas, as regiões periféricas continuaram enfrentando insegurança alimentar, precarização do trabalho, insuficiência de renda e dificuldades de acesso a serviços essenciais. Embora tenham sido observados sinais de recuperação do emprego formal em 2022, tais avanços não foram suficientes para romper os ciclos históricos de exclusão que marcam os territórios mais vulneráveis.

Portanto, a trajetória da vulnerabilidade social em Campo Grande-MS não pode ser interpretada como uma trajetória linear de melhoria, mas como um processo contraditório, no qual avanços pontuais convivem com permanências estruturais. Essa leitura reforça a necessidade de planejamento urbano integrado, políticas públicas contínuas e ações territorializadas, capazes de enfrentar as causas da desigualdade socioespacial e de ampliar o acesso da população vulnerável à renda, à moradia, à saúde, à educação, à mobilidade, ao saneamento e às oportunidades de participação social.

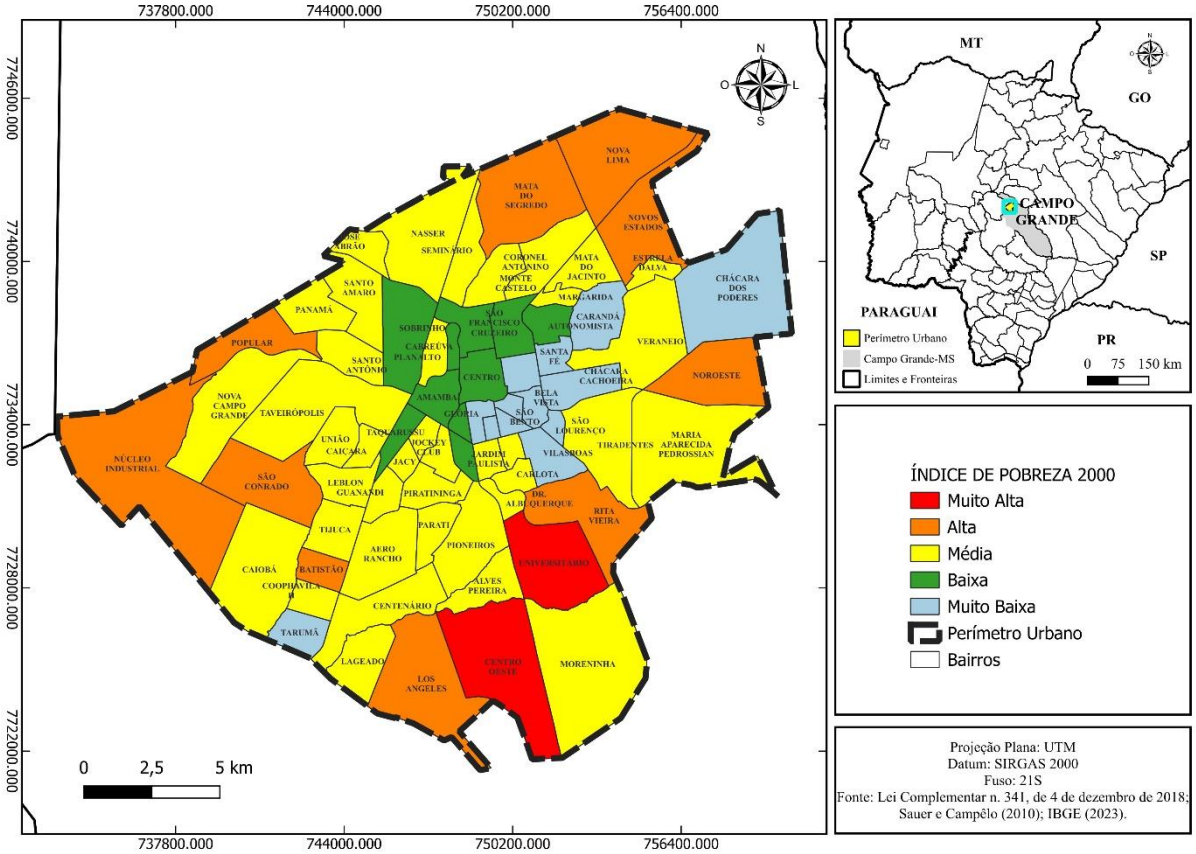
3 ANÁLISE DOS DADOS REGIONAIS

Este capítulo analisa os dados dos anos de 2000, 2010 e 2024, com base nas obras de Sauer, Campêlo e Capillé, especialmente nos levantamentos sobre inclusão, exclusão e vulnerabilidade social em Campo Grande-MS. A análise não realiza comparação direta dos valores absolutos dos indicadores, uma vez que as metodologias adotadas variam entre os períodos. O objetivo é compreender a trajetória histórica da vulnerabilidade social nos bairros e regiões urbanas, identificando os territórios que permaneceram em posições críticas, aqueles que apresentaram deslocamento relativo para faixas menos críticas e os que passaram a exigir maior atenção ao longo do século XXI.

O Capítulo 3 dedica-se à análise empírica da vulnerabilidade social em Campo Grande-MS, articulando os conceitos discutidos anteriormente à realidade territorial do município. Busca-se examinar as transformações socioespaciais ocorridas no século XXI, identificando tanto os bairros que apresentaram melhoria nos indicadores quanto aqueles em que a vulnerabilidade permaneceu cristalizada.

A metodologia fundamenta-se na análise histórica dos dados dos Censos Demográficos e dos levantamentos de Sauer, Campêlo e Capillé, publicados em 2005, 2012 e 2024. A análise considera os indicadores de pobreza, exclusão social e vulnerabilidade social, observando sua distribuição por regiões urbanas e bairros, com atenção às mudanças metodológicas ocorridas entre os períodos. Dessa forma, cada levantamento é interpretado como recorte próprio de seu tempo, e as aproximações entre eles são feitas por classes, faixas e posições relativas no conjunto municipal.

Mapa 01: Índice de Pobreza por bairros em Campo Grande-MS, (2000).



Fonte: Organizado pelo autor, com elaboração cartográfica de Guilherme Espindola Junior, com base nos dados socioespaciais de Sauer e Campêlo (2005)

A legenda do Mapa 01 representa a distribuição relativa do índice de pobreza entre os bairros no levantamento de 2000. A gradação cartográfica deve ser interpretada como uma ordenação interna das áreas menos críticas para as mais críticas naquele período, e não como escala diretamente equivalente às categorias utilizadas nos levantamentos de 2010 e 2024. Desse modo, o mapa funciona como referência territorial inicial para identificar os bairros que concentravam maior pobreza no começo do século XXI.

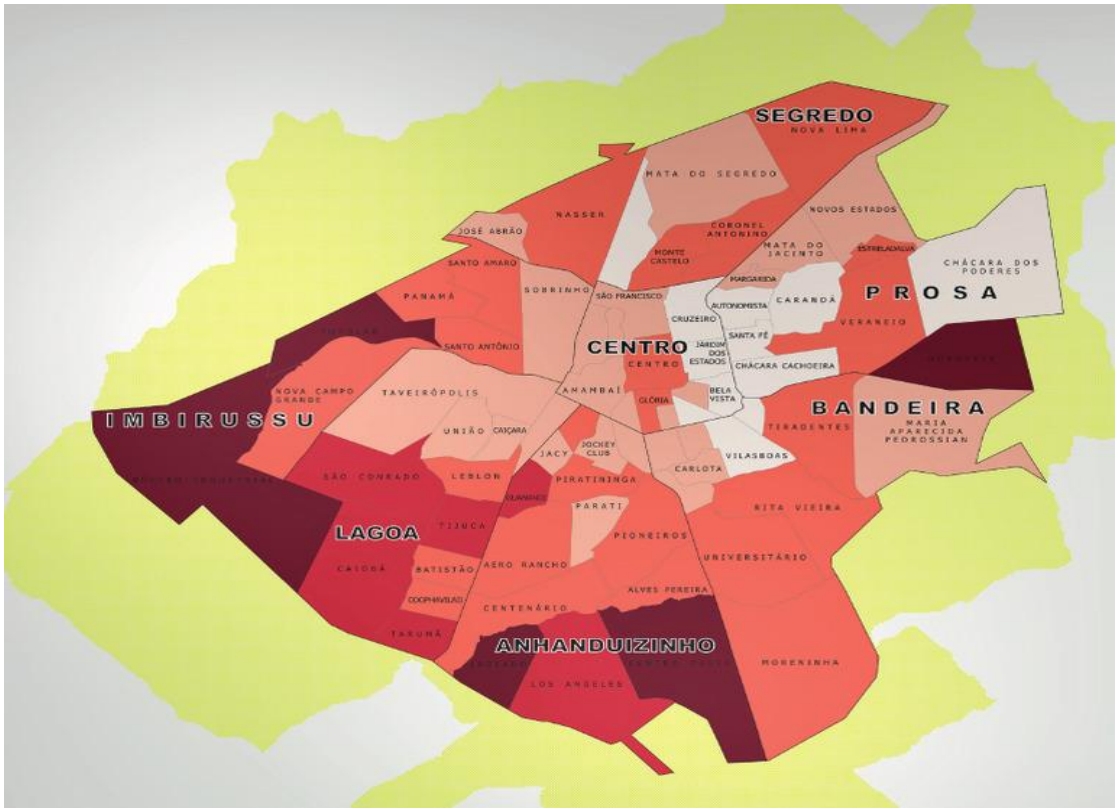
Ressalta-se que a comparação direta e absoluta dos índices deve ser evitada, pois os levantamentos de 2000, 2010 e 2024 foram produzidos por procedimentos metodológicos distintos. Por essa razão, gráficos ou interpretações que apresentem os três períodos como uma

série numérica contínua podem induzir a uma percepção equivocada de melhora ou piora estatística. A leitura adequada deve priorizar a harmonização qualitativa por posicionamento relativo, as classificações internas, os quadros interpretativos e a identificação dos bairros que ocupam posições críticas em cada momento histórico. Desse modo, termos como aumento, redução, agravamento, recuperação, melhora ou piora são empregados apenas em sentido relativo e territorial, vinculados à posição do bairro ou da região no conjunto municipal, e não como variação percentual direta entre índices de natureza metodológica distinta.

Ao adotar essa perspectiva territorializada, o capítulo evidencia como a expansão urbana de Campo Grande concentrou fragilidades sociais em áreas periféricas. A análise do IVS e dos indicadores correlatos permite observar o chamado "efeito território", isto é, a sobreposição de carências materiais, baixa renda, precariedade habitacional e insuficiência de suporte estatal em determinados bairros.

3.1 Diagnóstico individual das regiões urbanas de Campo Grande-MS

Figura 01: Mapa das regiões do município de Campo Grande-MS



Fonte: Mapeamento da vulnerabilidade social de Campo Grande-MS (2024).

Para subsidiar a análise territorializada e permitir a identificação espacial dos fenômenos discutidos, é fundamental compreender a organização das regiões urbanas que compõem a capital. A Figura (1) ilustra a divisão territorial de Campo Grande em suas sete regiões: Centro, Prosa, Segredo, Bandeira, Anhanduizinho, Lagoa e Imbirussu, fornecendo o

panorama geográfico essencial para a localização dos bairros e para a visualização da distribuição da vulnerabilidade social no século XXI. Essa leitura parte do entendimento de que o espaço geográfico não é mero suporte físico dos indicadores sociais, mas produto histórico das relações entre sociedade, Estado, mercado e território. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade social deve ser interpretada como fenômeno geográfico, pois se materializa em localizações desiguais, em acessos diferenciados à infraestrutura urbana e em distintas possibilidades de uso do território.

Para garantir uma compreensão sistemática da malha urbana, o capítulo está estruturado em subseções que detalham o comportamento dos indicadores nas sete regiões urbanas de Campo Grande. A análise inicia-se pela Região Centro, avançando sucessivamente pelas regiões Prosa, Segredo, Bandeira, Anhanduizinho e Lagoa, finalizando com o exame da região Imbirussu. Em cada uma dessas seções, apresenta-se uma análise dos índices de cada período, permitindo observar a evolução histórica, os gargalos persistentes e as potencialidades de cada setor da cidade.

Desse modo, a análise regional adota como referência a noção de território usado, proposta por Milton Santos, compreendendo o território pela articulação entre objetos, ações, normas, técnicas e usos sociais. A vulnerabilidade, portanto, não se reduz à insuficiência de renda: ela também se manifesta nas rugosidades territoriais, isto é, nas heranças materiais e sociais que permanecem inscritas no espaço e condicionam o presente. Bairros com baixa oferta de equipamentos públicos, precária acessibilidade, menor presença de serviços e frágil integração aos sistemas de mobilidade revelam a ausência ou insuficiência de fixos sociais, enquanto os fluxos de pessoas, trabalho, transporte e serviços tendem a favorecer seletivamente as áreas mais valorizadas da cidade.

3.1.1 Região Centro

A Região Centro constitui o núcleo administrativo, histórico e comercial de Campo Grande, sendo composta pelos bairros Amambaí, Bela Vista, Cabreúva, Carvalho, Centro, Cruzeiro, Glória, Itanhangá, Jardim dos Estados, Monte Líbano, Planalto, São Bento e São Francisco. Geograficamente, esta região atua como o epicentro da organização urbana, caracterizando-se por possuir a maior densidade populacional do município. De acordo com Sauer e Campêlo (2005), a exclusão social na capital manifesta-se de forma radial, intensificando-se à medida que se afasta do centro geográfico em direção às periferias. Assim, a área central é historicamente identificada como o polo de maior inclusão social da cidade.

No contexto das desigualdades socioespaciais, a Região Centro é marcada por contrastes internos que revelam a complexidade do território. Enquanto bairros como Jardim

dos Estados, Itanhangá e São Bento figuram consistentemente com os melhores indicadores de bem-estar material e baixíssima vulnerabilidade, outras localidades apresentam fragilidades específicas; Sauer, Campêlo e Capillé (2012) destacam que o bairro Amambaí, por exemplo, embora central, já registrou elevado percentual (39,4%) de famílias autodeclaradas necessitadas, demonstrando que a proximidade do núcleo urbano não anula a existência de grupos em situação de risco social.

A análise da Região Centro em 2000, com base em Sauer e Campêlo (2005), revela contrastes internos significativos. Embora a região seja historicamente reconhecida como o polo de maior inclusão social da capital, alguns bairros apresentavam fragilidades específicas. O bairro Centro registrava índice de pobreza de (0,08) e índice de famílias com necessidades de (0,02), enquanto Jardim dos Estados apresentava os melhores indicadores, com pobreza de (0,03) e necessidades de (0,01).

Outros bairros apresentavam níveis intermediários ou moderados de vulnerabilidade, como São Francisco (0,09/0,24), Planalto (0,45/0,40), Carvalho (0,08/0,33) e Cabreúva (0,05/0,33). Já Itanhangá (0,07/0,01), Glória (0,20/0,02), Cruzeiro (0,22/0,01) e Amambaí (0,23/0,07) ocupavam posições menos críticas, evidenciando a heterogeneidade interna da região.

Quadro 01 – Evolução socioespacial por bairro – Região Centro

Bairro	IPobreza (2000)	IES (2010)	IVS (2024)	Tendência e Interpretação
Centro	Muito Alta	Muito Alta	Muito Baixa	Redução no índice de pobreza, embora historicamente elevado; baixo valor de necessidades em 2024.
Carvalho	Média	Baixa	Baixa	Maior volume absoluto de vulneráveis; apresentou redução no índice proporcional.
Glória	Muito Baixa	Muito Baixa	Muito Baixa	Manteve níveis similares de necessidades; possui o segundo maior volume de população vulnerável.
Jardim dos Estados	Muito Baixa	Muito Baixa	Muito Baixa	Melhores indicadores em todo o período; detém o menor volume de população vulnerável.
São Francisco	Baixa	Baixa	Baixa	Redução moderada na pobreza, mas mantém vulnerabilidade absoluta significativa.

Itanhangá	Baixa	Baixa	Muito Baixa	Melhora consistente e consolidado com baixa vulnerabilidade em 2024.

Fonte: Elaboração própria, com base em Sauer e Campêlo (2005), Sauer, Campêlo e Capillé (2012) e Sauer, Campêlo e Capillé (2024).

O Quadro 01 indica deslocamento relativo para faixas menos críticas em parte dos bairros entre os levantamentos de 2000 e 2010, mas também revela a permanência de bolsões de vulnerabilidade em 2024. Bairros como Jardim dos Estados e Itanhangá mantiveram posições favoráveis no conjunto municipal, enquanto Carvalho e Glória concentravam expressivos contingentes de população vulnerável, estimados em 43 mil e 39 mil pessoas, respectivamente.

Ao relacionar o Quadro (01) ao mapa das regiões urbanas de Campo Grande-MS, observa-se que a Região Centro não pode ser tomada como um bloco homogêneo de melhores condições urbanas. A centralidade territorial garante maior presença de infraestrutura, serviços, equipamentos públicos e acessibilidade, mas não elimina desigualdades internas. No próprio recorte central, bairros como Jardim dos Estados e Itanhangá apresentam baixíssima vulnerabilidade, enquanto Carvalho e Glória concentram contingentes expressivos de população vulnerável. Essa diferenciação dialoga com Corrêa (1989), ao compreender o espaço urbano como simultaneamente fragmentado e articulado, formado por partes distintas que se conectam funcionalmente, mas expressam conteúdos sociais desiguais. Desse modo, o mapa evidencia a posição estratégica da Região Centro na estrutura urbana, enquanto o quadro permite perceber que a centralidade, por si só, não assegura igualdade de acesso às condições de vida urbana.

A análise também se aproxima de Carlos (2024), ao considerar a cidade como produção histórica e social, marcada por disputas pelo uso do solo e por formas diferenciadas de apropriação do espaço. No caso da Região Centro, a presença simultânea de bairros valorizados e de áreas com maior volume absoluto de população vulnerável indica que a produção urbana não distribui seus benefícios de maneira equilibrada. Diferentes grupos sociais acessam de modo desigual a moradia, a renda, a mobilidade e os serviços, mesmo quando se encontram em áreas próximas ao núcleo central. Souza (2002) contribui para essa leitura ao defender que o planejamento e a gestão urbanos devem ser orientados pela justiça social, pela participação e pela melhoria efetiva da qualidade de vida. Assim, a leitura conjunta do mapa e do Quadro (01) reforça que as políticas públicas precisam considerar as necessidades concretas da população vulnerável, e não apenas a localização central dos bairros.

Essa diferença entre intensidade dos índices e volume populacional absoluto demonstra que a vulnerabilidade social no Centro é heterogênea. O bairro Centro, apesar de ocupar posição de maior criticidade relativa nos levantamentos anteriores, aparece em 2024 com menor volume proporcional de população vulnerável e menor autodeclaração de necessidades. Essa leitura não representa comparação estatística direta entre índices, mas indica possível mudança de posição relativa no conjunto urbano, associada a transformações demográficas ou ao esvaziamento relativo do núcleo urbano original.

3.1.2 Região do Prosa

Concluída a análise da Região Centro, caracterizada historicamente como o polo de maior inclusão e estabilidade socioespacial da capital, a investigação avança para a Região Prosa. Embora esta região compartilhe com o núcleo central algumas das áreas com os melhores indicadores de bem-estar material do município, como os bairros Chácara Cachoeira e Santa Fé, ela introduz um cenário de profundos contrastes socioespaciais. Conforme observado por Sauer e Campêlo (2005), é nesta transição que a lógica radial de exclusão começa a se intensificar, revelando a coexistência de territórios altamente valorizados com bolsões de vulnerabilidade crítica situados nas bordas da mancha urbana.

Quadro 02 – Análise da evolução socioespacial por bairro – Região Prosa

Bairro	IPobreza (2000)	IES (2010)	IVS (2024)	Tendência e Interpretação
Noroeste	Muito Alta	Muito Alta	Muito Alta	Muito alto histórico; redução lenta, permanecendo como um dos bairros mais críticos.
Veraneio	Muito Alta	Muito Alta	Alta	Maior índice regional em 2000; estagnação na primeira década e grande melhora em 2024.
Novos Estados	Média	Muito Alta	Média	Aumento significativo da pobreza em 2010; melhora em 2024, mas índice superior ao de 2000.
Mata do Jacinto	Alta	Média	Média	Melhora moderada e contínua ao longo das duas décadas.

Santa Fé	Muito Baixa	Muito Baixa	Muito Baixa	Melhoria contínua; consolidado como área de baixíssima vulnerabilidade.
Carandá	Muito Baixa	Muito Baixa	Muito Baixa	Estabilidade histórica entre os melhores indicadores da capital.
Autonomista	Muito Baixa	Muito Baixa	Muito Baixa	Situação favorável mantida, embora com oscilação no índice de 2024.
Chácara Cachoeira	Muito Baixa	Muito Baixa	Muito Baixa	Vulnerabilidade zero; bairro que se destaca como área nobre e altamente valorizada.

Fonte: Elaboração própria, com base em Sauer e Campêlo (2005), Sauer, Campêlo e Capillé (2012) e Sauer, Campêlo e Capillé (2024).

Na Região Prosa, a leitura dos mapas em conjunto com o Quadro (02) mostra uma organização territorial bastante desigual. O mapa de localização situa a região em uma área de expansão urbana e de forte valorização imobiliária, enquanto o mapa dos bairros evidencia a proximidade entre realidades sociais distintas. Chácara Cachoeira, Santa Fé e Carandá aparecem associados a melhores condições socioeconômicas, ao passo que Noroeste, Veraneio e Novos Estados revelam maior exposição a carências sociais. Essa configuração permite retomar Lefebvre (2001), para quem o direito à cidade envolve mais do que a presença física no espaço urbano: implica acesso real aos bens coletivos, aos serviços, à infraestrutura e às possibilidades de participação na vida da cidade. No caso analisado, a Região Prosa evidencia justamente essa tensão entre valorização urbana e permanência de desigualdades sociais no mesmo recorte regional.

O mapa da vulnerabilidade social de 2024 aprofunda essa leitura ao indicar o bairro Noroeste como o principal ponto crítico da Região Prosa, apesar de sua inserção em uma região que também abriga bairros de elevada valorização. Esse contraste reforça a contribuição de Harvey (1980), para quem a justiça social na cidade deve ser analisada a partir da distribuição desigual de recursos, oportunidades e investimentos no espaço urbano. Em Campo Grande-MS, a proximidade entre bairros valorizados e áreas vulneráveis mostra que o desenvolvimento urbano não se distribui de forma linear nem beneficia todos os territórios com a mesma intensidade. À luz de Villaça (2001), essa diferenciação expressa a produção seletiva das localizações urbanas, nas quais Estado e mercado imobiliário tendem a valorizar

certos setores por meio de infraestrutura, acessibilidade e investimentos públicos, enquanto outros permanecem em posição subordinada na estrutura intraurbana.

Com base no Quadro (02), percebe-se que a Região Prosa apresenta forte polarização socioespacial. Bairros como Chácara Cachoeira, Santa Fé e Carandá mantêm indicadores de baixa vulnerabilidade, enquanto o Noroeste permanece entre as áreas mais críticas, com IVS de (0,548) em 2024. Essa coexistência de áreas valorizadas e bolsões persistentes de pobreza aproxima-se da reflexão de Soja (2010), ao destacar que a justiça possui uma dimensão espacial e que o acesso equitativo à infraestrutura, aos serviços e às oportunidades é condição essencial para enfrentar geografias urbanas injustas. Assim, a análise regional indica que as políticas públicas precisam reconhecer diferenças internas entre bairros próximos, priorizando os territórios onde a vulnerabilidade permanece mais intensa.

Ao contrário da Região Centro, a Região Prosa apresenta trajetórias mais divergentes quando observadas em termos de posição relativa. O bairro Veraneio aparece, em 2024, em condição menos crítica do que nos levantamentos anteriores, enquanto Novos Estados ainda não retoma a posição relativamente mais favorável observada no início do século XXI. Assim, a região demanda políticas públicas direcionadas especialmente ao eixo do Noroeste.

A leitura do quadro também permite observar que a Região Prosa não pode ser interpretada apenas pela média de seus indicadores, pois a distribuição interna da vulnerabilidade é marcada por forte seletividade territorial. Enquanto os bairros mais valorizados concentram melhores condições de renda, infraestrutura urbana e acesso a serviços, os bairros situados em áreas de expansão ou de ocupação menos consolidada apresentam maior exposição a carências sociais. Essa diferenciação reforça a necessidade de analisar a região em escala intraurbana, evitando generalizações que poderiam ocultar desigualdades significativas entre bairros próximos.

O caso do Noroeste é particularmente relevante porque demonstra a permanência de vulnerabilidades em um setor urbano que, em outros pontos, apresenta elevada valorização imobiliária e melhores padrões socioeconômicos. Isso indica que a proximidade espacial com áreas de maior infraestrutura não garante, por si só, a superação das desigualdades. Ao contrário, evidencia que a produção do espaço urbano ocorre de maneira desigual, criando contrastes acentuados dentro de uma mesma região administrativa.

O bairro Noroeste constitui uma das expressões mais evidentes da desigualdade socioespacial em Campo Grande-MS. Sua presença na Região Prosa demonstra que a vulnerabilidade não pode ser explicada apenas pela localização administrativa nem pela proximidade de bairros valorizados, como Chácara Cachoeira e Santa Fé. O caso revela a

coexistência de territórios de alta renda e áreas marcadas por carências materiais, fragilidades de infraestrutura, dificuldades de mobilidade e menor acesso a equipamentos públicos. Essa condição exige políticas públicas territorializadas, especialmente nas áreas de assistência social, saúde, educação, saneamento, transporte coletivo, qualificação urbana e geração de renda.

A trajetória do Noroeste confirma a rigidez territorial da vulnerabilidade social no período estudado. Mesmo diante de transformações urbanas e de melhorias relativas em alguns setores da Região Prosa, o bairro permanece associado a uma posição crítica no conjunto municipal. Esse resultado indica que desigualdades acumuladas no território não se alteram apenas com intervenções pontuais, pois envolvem processos históricos de ocupação, valorização seletiva do solo urbano e distribuição desigual dos serviços públicos.

A permanência do Noroeste entre os bairros mais críticos reforça a importância da escala intraurbana na análise da vulnerabilidade social. Uma leitura apenas regional poderia ocultar bolsões de vulnerabilidade dentro da própria Região Prosa, especialmente porque bairros vizinhos apresentam baixos níveis de vulnerabilidade. A análise por bairro permite perceber que a desigualdade não se organiza somente entre centro e periferia, mas também no interior de regiões urbanas que concentram simultaneamente áreas valorizadas e territórios socialmente fragilizados.

Do ponto de vista das políticas públicas, o Noroeste deve ser tratado como território prioritário para ações intersetoriais e continuadas. A superação de sua vulnerabilidade depende da ampliação da infraestrutura básica, da melhoria da mobilidade, do fortalecimento da rede de proteção social, da expansão de equipamentos públicos e de políticas de geração de renda. O caso demonstra que a vulnerabilidade social em Campo Grande-MS possui forte dimensão territorial e demanda respostas capazes de reconhecer as desigualdades internas da cidade.

Em síntese, a permanência do Noroeste entre os bairros mais críticos demonstra que melhorias observadas em outros setores da Região Prosa não alteraram de forma estrutural sua posição relativa no conjunto municipal. As carências acumuladas no bairro continuam limitando o acesso à infraestrutura, à mobilidade, aos equipamentos públicos e às oportunidades de renda, o que confirma a dimensão territorial da vulnerabilidade e justifica sua priorização em políticas intersetoriais continuadas.

Essa interpretação também pode ser relacionada às contribuições de Bernardelli (2013), ao compreender que a passagem de áreas anteriormente rurais para a condição urbana não ocorre de forma homogênea nem garante, por si só, a incorporação plena desses territórios

à cidade. No caso da Região Prosa, a antiga presença de áreas rurais e sua posterior incorporação à malha urbana ajudam a explicar a coexistência de bairros valorizados e territórios marcados por maior vulnerabilidade. O bairro Noroeste, nesse contexto, torna-se exemplo expressivo de urbanização desigual, pois sua permanência entre os espaços mais críticos indica que a transformação do solo rural em urbano não foi acompanhada, de modo suficiente, pela universalização da infraestrutura, dos serviços públicos, da mobilidade e das oportunidades sociais. Assim, à luz de Bernardelli (2013), a vulnerabilidade do Noroeste deve ser analisada como resultado da produção histórica e seletiva do espaço urbano, e não apenas como consequência de sua localização geográfica ou de indicadores isolados de renda.

A leitura recente da Região Prosa combina avanços localizados em termos relativos e permanências estruturais. A posição menos crítica de alguns bairros no levantamento de 2024 não elimina a concentração de carências no Noroeste, nem a necessidade de ações específicas para territórios que seguem entre os mais vulneráveis. O diagnóstico regional aponta, portanto, para uma dinâmica desigual, na qual valorização urbana e exclusão social coexistem no mesmo recorte territorial, exigindo políticas voltadas à infraestrutura, à mobilidade, à proteção social, aos equipamentos públicos e à geração de renda.

Encerrada a leitura da Região Prosa, a análise desloca-se para a Região Segredo, cuja trajetória revela um quadro distinto. Nesse setor, o agravamento dos índices de pobreza na primeira década do século XXI consolidou bairros como Mata do Segredo e Nova Lima entre os principais focos de vulnerabilidade. A Região Segredo, portanto, permite observar como carências históricas, expansão urbana desigual e insuficiência de infraestrutura continuam influenciando a distribuição da exclusão social na porção norte de Campo Grande-MS.

3.1.3 Região Segredo

A Região Segredo, localizada na porção norte de Campo Grande, é integrada pelos bairros Coronel Antonino, José Abrão, Mata do Segredo, Monte Castelo, Nasser, Nova Lima e Seminário. Geograficamente, a região possui uma relevância histórica fundamental para a capital, uma vez que o primeiro assentamento da cidade, em 1872, ocorreu justamente na confluência dos córregos Prosa e Segredo. Apesar dessa centralidade histórica na gênese urbana, o setor consolidou-se, ao longo do século XXI, como uma das áreas de maior criticidade socioespacial, abrigando bairros que figuram entre os maiores índices de exclusão social do município.

Entre os levantamentos de 2000 e 2010, a Região Segredo apresentou deslocamento relativo para posições mais críticas, contrariando a tendência observada em outras regiões. À luz de Milton Santos, esse processo pode ser compreendido como expressão do uso desigual do

território, no qual infraestrutura, serviços públicos, oportunidades urbanas e sistemas de circulação não se distribuem de forma homogênea entre os diferentes espaços da cidade (Santos, 2006). A Mata do Segredo e Nova Lima passaram a ocupar faixas de maior criticidade, consolidando a porção norte da cidade como área de vulnerabilidade persistente. Nessa leitura, a permanência da vulnerabilidade corresponde a uma rugosidade territorial: marcas históricas da urbanização incompleta, da precariedade de fixos sociais e da baixa integração aos fluxos urbanos que estruturam o acesso à cidade.

Em 2024, a vulnerabilidade permanece significativa na Região Segredo. O bairro Seminário apresenta menor criticidade, com cerca de (3.800) pessoas vulneráveis, enquanto Coronel Antonino e Nova Lima concentram os maiores contingentes, com aproximadamente (5.900) e (5.800) pessoas vulneráveis, respectivamente. Esses dados confirmam a permanência de disparidades internas na região e indicam que a porção norte de Campo Grande ainda demanda políticas públicas territorializadas, capazes de articular infraestrutura urbana, proteção social, mobilidade, acesso a serviços e ampliação das oportunidades de renda e trabalho.

Quadro 03 – Análise da evolução socioespacial por bairro – Região Segredo

Bairro	IPobreza (2000)	IES (2010)	IVS (2024)	Tendência e Interpretação
Mata do Segredo	Alta	Muito Alta	Muito Alta	Pior evolução histórica (2000-2010). Em 2024, sugere alta concentração de pobreza extrema em menor densidade.
Nova Lima	Alta	Muito Alta	Alta	Agravamento relativo no período, com permanência de alta densidade de famílias em risco no levantamento atual.
Coronel Antonino	Alta	Muito Alta	Alta	Deterioração na década de 2000. Maior número absoluto de vulneráveis da região em 2024.
Nasser	Alta	Alta	Média	Evolução negativa moderada. Apresenta alta proporção de vulnerabilidade na população residente.
José Abrão	Média	Alta	Média	Agravamento acentuado no posicionamento relativo entre 2000 e 2010. IVS atual indica nível crítico.

Seminário	Média	Média	Baixa	Pobreza estável, mas necessidades pioraram. Consolidado como o menos crítico da região.
Monte Castelo	Baixa	Média	Baixa	Aumento da pobreza, embora partisse de base melhor. IVS baixo em 2024.

Fonte: Elaboração própria, com base em Sauer e Campêlo (2005), Sauer, Campêlo e Capillé (2012) e Sauer, Campêlo e Capillé (2024).

O bairro Nova Lima também se destaca pela continuidade de uma condição desfavorável ao longo do período analisado. O deslocamento para posição mais crítica entre 2000 e 2010 demonstra que a primeira década do século XXI não foi suficiente para reduzir, em termos relativos, as desigualdades estruturais presentes nesse território. Em 2024, sua permanência em nível alto de vulnerabilidade confirma que os avanços urbanos e sociais ocorridos no município não alcançaram o bairro de forma proporcional, mantendo elevada a exposição da população a problemas relacionados à renda, infraestrutura urbana e acesso a serviços públicos.

Coronel Antonino apresenta dinâmica semelhante, mas com maior peso populacional na vulnerabilidade recente. O deslocamento para uma posição relativamente mais crítica em 2010 indica piora no posicionamento do bairro no conjunto municipal, enquanto os dados de 2024 apontam que ele concentra o maior número absoluto de pessoas vulneráveis na Região Segredo. Esse aspecto é relevante porque demonstra que a vulnerabilidade não se expressa apenas pela posição relativa do índice, mas também pelo volume de população atingida, exigindo políticas públicas de maior escala e continuidade territorial.

No caso do Nasser, observa-se uma evolução negativa moderada, sem atingir os níveis mais extremos de Mata do Segredo, Nova Lima ou Coronel Antonino. Ainda assim, a permanência em faixa intermediária no IVS de 2024 revela que o bairro não consolidou uma trajetória de melhoria suficiente para se distanciar da condição de risco social. Trata-se, portanto, de um território que demanda atenção preventiva, pois a estabilidade em patamares médios pode ocultar fragilidades acumuladas no cotidiano da população residente.

José Abrão chama atenção pelo deslocamento para uma posição relativamente mais crítica entre 2000 e 2010. Mesmo que em 2024 o bairro apareça classificado em nível médio, sua trajetória histórica demonstra que a vulnerabilidade se intensificou em termos relativos na primeira década analisada. Essa oscilação indica a necessidade de acompanhamento contínuo, pois posições relativamente menos críticas em levantamentos recentes não significam, necessariamente, reversão estrutural das desigualdades, sobretudo quando persistem dificuldades de renda, moradia e acesso a equipamentos sociais.

Em posição menos crítica, Seminário e Monte Castelo apresentam indicadores mais favoráveis no cenário recente, embora com trajetórias distintas. O Seminário manteve pobreza em patamar médio e aparece em 2024 como o bairro de menor criticidade da Região Segredo, o que sugere maior estabilidade socioespacial. Monte Castelo, por sua vez, partiu de uma condição menos vulnerável, registrou aumento da pobreza em 2010 e retornou a uma classificação baixa no IVS de 2024. Esses dois casos demonstram que a Região Segredo não é homogênea, pois combina bairros de vulnerabilidade persistente com áreas que apresentam maior capacidade de recuperação.

De modo geral, a Região Segredo evidencia uma dinâmica interna marcada por desigualdades persistentes, na qual o recuo das condições socioespaciais observado entre 2000 e 2010 deixou marcas territoriais ainda perceptíveis em 2024. A permanência de bairros com alta vulnerabilidade, associada ao elevado contingente de população vulnerável nos bairros Coronel Antonino, Mata do Segredo e Nova Lima, demonstra que tais desigualdades não se distribuem de maneira aleatória, mas expressam a forma como a cidade foi historicamente produzida, apropriada e equipada. Essa leitura aproxima-se de Moreira (2007), ao compreender o espaço geográfico como formação social, isto é, como resultado das relações históricas entre sociedade, território e organização da vida coletiva. Assim, o enfrentamento da vulnerabilidade na Região Segredo exige políticas públicas territorializadas, capazes de combinar respostas imediatas às carências sociais com intervenções estruturais em infraestrutura urbana, proteção social, mobilidade, serviços públicos, renda e trabalho.

Concluída a análise da Região Segredo, marcada pelo agravamento dos índices de pobreza no início do século XXI, a investigação prossegue para a Região Bandeira, localizada no setor sudeste de Campo Grande. Essa região expressa a coexistência de áreas de baixa vulnerabilidade com bolsões persistentes de pobreza, especialmente no eixo das Moreninhas.

3.1.4 Região Bandeira

A Região Bandeira, localizada na porção sudeste de Campo Grande, é integrada pelos bairros Carlota, Dr. Albuquerque, Jardim Paulista, Maria Aparecida Pedrossian, Moreninhas, Rita Vieira, Tiradentes, TV Morena, Universitário e Vilas Boas. Geograficamente, esta região caracteriza-se por apresentar um quadro de acentuada desigualdade socioespacial, onde a dinâmica de urbanização resultou na coexistência de áreas altamente valorizadas com bolsões de exclusão severa. Segundo dados de 2010, a região concentrava cerca de 13,1% das famílias inseridas no Cadastro Único do município, refletindo uma carga social significativa em setores específicos.

Entre 2000 e 2010, a Região Bandeira apresentou agravamento relativo em bairros periféricos, enquanto áreas mais valorizadas permaneceram estáveis. A Moreninha deslocou-se para uma posição de maior criticidade, tornando-se o território mais problemático da região. Universitário e Rita Vieira também apresentaram piora relativa, contrastando com Vilas Boas e TV Morena, que mantiveram baixa vulnerabilidade.

Essa dinâmica deve ser interpretada considerando a inserção da Região Bandeira como eixo sudeste de expansão e conexão urbana. A região articula bairros consolidados, áreas intermediárias e conjuntos populares historicamente vinculados ao crescimento periférico de Campo Grande. Por isso, a piora relativa de Moreninha, Universitário e Rita Vieira não deve ser lida apenas como variação de indicadores, mas como expressão de uma urbanização seletiva, na qual a ampliação da malha urbana ocorreu de forma desigual em relação à consolidação dos serviços, da mobilidade e da infraestrutura cotidiana.

No caso da Bandeira, a especulação imobiliária aparece sobretudo na diferenciação entre setores bem servidos e áreas populares que permanecem com infraestrutura incompleta. A valorização associada às vias de circulação, à proximidade de serviços e à presença de equipamentos urbanos convive com bairros cuja inserção na estrutura intraurbana é mais frágil. Essa combinação aprofunda a segregação socioespacial, pois aproxima, em uma mesma região, espaços valorizados e territórios nos quais persistem carências urbanas e sociais.

Quadro 04 – Análise da evolução socioespacial por bairro – Região Bandeira

Bairro	IPobreza (2000)	IES (2010)	IVS (2024)	Tendência e Interpretação
Moreninha	Alta	Muito Alta	Muito Alta	Maior índice regional em 2010; mantém-se como o bairro mais crítico em 2024.
Universitário	Alta	Muito Alta	Alta	Aumento expressivo da pobreza na década; segue com alta carga de risco social.
Rita Vieira	Alta	Alta	Média	Crescimento constante da pobreza até 2010, com recuperação moderada em 2024.
Tiradentes	Média	Alta	Média	Deterioração nos indicadores na primeira década.
Vilas Boas	Muito Baixa	Muito Baixa	Baixa	Estabilidade histórica; consolidado como "ilha" de baixa vulnerabilidade.
TV Morena	Muito Baixa	Muito Baixa	Baixa	Mantém ótimas condições socioeconômicas ao longo do período.

Carlota	Média	Média	Baixa	Único bairro com redução de pobreza na década de 2000; situação favorável em 2024.
Dr. Albuquerque	Baixa	Alta	Média	Aumento moderado na pobreza, permanecendo em faixa intermediária.
Jardim Paulista	-	-	Baixa	Novo bairro na lista; apresenta baixos indicadores de vulnerabilidade.

Fonte: Elaboração própria, com base em Sauer e Campêlo (2005), Sauer, Campêlo e Capillé (2012) e Sauer, Campêlo e Capillé (2024).

A leitura do Quadro 04 confirma a forte diferenciação interna da Região Bandeira. A Moreninha constitui seu principal ponto crítico: apresentava pobreza elevada em 2000, deslocou-se para uma posição ainda mais crítica em 2010 e permaneceu em faixa muito alta de vulnerabilidade em 2024. Essa trajetória indica que as carências relacionadas à renda, à infraestrutura urbana e ao acesso a equipamentos e serviços públicos não foram superadas de maneira estrutural.

O bairro Universitário também revela agravamento importante entre 2000 e 2010, mantendo-se em patamar alto no levantamento mais recente. Sua evolução evidencia que a presença de instituições, fluxos urbanos e expansão territorial não garante, por si só, melhoria das condições sociais da população residente. Ao contrário, o crescimento urbano pode intensificar desigualdades quando não é acompanhado por investimentos proporcionais em moradia, mobilidade, saneamento, educação, saúde e oportunidades de trabalho.

Rita Vieira e Tiradentes apresentam trajetórias de agravamento na primeira década do século XXI, embora em 2024 apareçam em classificação média de vulnerabilidade. No caso de Rita Vieira, observa-se uma recuperação parcial, mas ainda insuficiente para caracterizar superação completa das fragilidades acumuladas. Tiradentes, por sua vez, demonstra que a piora registrada em 2010 deixou marcas territoriais que exigem acompanhamento, pois a permanência em nível médio pode ocultar desigualdades internas relacionadas às condições de renda, habitação e acesso a serviços.

Em posição relativamente mais favorável, Carlota, Vilas Boas, TV Morena e Jardim Paulista indicam maior estabilidade socioespacial no interior da Região Bandeira. Carlota destaca-se por apresentar redução da pobreza na década de 2000 e baixa vulnerabilidade em 2024, enquanto Vilas Boas e TV Morena mantiveram indicadores historicamente favoráveis, funcionando como áreas de menor criticidade. Jardim Paulista, incluído no levantamento recente, também aparece com baixa vulnerabilidade, sugerindo a expansão de setores mais consolidados ou valorizados dentro da região.

Dr. Albuquerque ocupa posição intermediária, pois apresentou aumento da pobreza em 2010 e manteve vulnerabilidade média em 2024. Essa trajetória revela que o bairro não se enquadra entre os casos mais críticos, mas também não alcançou estabilidade semelhante à observada nos bairros de baixa vulnerabilidade. Assim, sua condição demanda políticas preventivas, capazes de impedir que fragilidades moderadas se convertam em agravamento futuro.

De modo geral, a Região Bandeira expressa uma vulnerabilidade seletiva, concentrada especialmente na Moreninha, no Universitário e em setores que apresentaram deterioração na primeira década do século XXI. Ao mesmo tempo, a presença de bairros com baixa vulnerabilidade revela que a região não é homogênea, mas marcada por contrastes socioespaciais significativos. A leitura da expansão urbana no eixo sudeste permite compreender que esses contrastes são produzidos pela valorização desigual das localizações e pela distribuição seletiva dos investimentos públicos. Assim, a análise da Bandeira exige políticas públicas territorializadas, com prioridade para os bairros de maior criticidade e ações preventivas nas áreas intermediárias, articulando infraestrutura urbana, proteção social, acesso a serviços, mobilidade e geração de renda.

3.1.5 Região Anhanduizinho

A Região Anhanduizinho, situada na porção sul de Campo Grande-MS, apresenta uma das configurações mais expressivas da desigualdade intraurbana do município. Em 2000, o bairro Centro-Oeste já se destacava como o principal núcleo de concentração da pobreza regional, com classificação muito alta, enquanto bairros como América e Jacy registravam condições relativamente mais favoráveis. Essa diferenciação interna pode ser compreendida à luz de Villaça (2001), para quem a estruturação do espaço urbano brasileiro está vinculada à distribuição desigual das localizações, da infraestrutura, dos sistemas de transporte e das oportunidades. Também dialoga com Corrêa, ao evidenciar o espaço urbano como simultaneamente fragmentado e articulado: fragmentado porque os bairros apresentam condições sociais distintas, e articulado porque tais diferenças são produzidas por relações econômicas, políticas e institucionais que conectam desigualmente centro, áreas valorizadas e periferias. Assim, o Centro-Oeste não deve ser analisado apenas pelo valor elevado de seus indicadores, mas como resultado de uma inserção urbana historicamente desigual, marcada por menor acesso aos benefícios produzidos pela cidade.

Em 2010, a Região Anhanduizinho continuava exercendo forte peso social no município, concentrando parcela expressiva da população, dos domicílios e das famílias autodeclaradas necessitadas. Nesse contexto, o Centro-Oeste manteve-se como território

crítico, registrando Índice de Exclusão Social elevado e permanecendo entre os bairros de maior fragilidade socioeconômica. A permanência dessa condição indica que as transformações urbanas ocorridas na primeira década do século XXI não foram suficientes para alterar, de forma estrutural, a posição relativa do bairro no conjunto municipal.

Os dados do período revelam uma vulnerabilidade territorialmente seletiva. Enquanto alguns bairros da Região Anhanduizinho apresentavam indicadores mais baixos de pobreza e exclusão, o Centro-Oeste permaneceu associado a níveis elevados de criticidade. Essa diferença demonstra que a região não pode ser compreendida como espaço homogêneo, pois reúne bairros com trajetórias distintas e graus variados de acesso à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, à renda, à moradia e às oportunidades de trabalho.

Em 2024, a Região Anhanduizinho voltou a figurar entre as áreas de maior vulnerabilidade social de Campo Grande-MS, com destaque para Centro-Oeste e Lageado. A continuidade do Centro-Oeste entre os bairros mais críticos evidencia a permanência de desigualdades territoriais acumuladas, nas quais a pobreza, a precariedade urbana e o acesso desigual aos serviços públicos se reforçam ao longo do tempo. Nessa perspectiva, a contribuição de Villaça (2001) permanece pertinente, pois permite compreender que a desigualdade intraurbana não decorre apenas da distância física em relação ao centro, mas da forma desigual como a cidade distribui infraestrutura, acessibilidade, equipamentos públicos e oportunidades.

Quadro 05 – Análise da evolução socioespacial por bairro – Região Anhanduizinho

Bairro	IPobreza (2000)	IES (2010)	IVS (2024)	Tendência e Interpretação
Centro-Oeste	Muito Alta	Muito Alta	Muito Alta	Permanece como território crítico desde 2000; em 2024 figura entre os maiores IVS do município.
Lageado	-	-	Muito Alta	Aparece em 2024 entre os cinco bairros mais vulneráveis de Campo Grande, reforçando a criticidade da porção sul.
Taquarussu	Média	Média	Alta	Mantém vulnerabilidade relevante e exige monitoramento diante do agravamento regional recente.
Guanandi	Baixa	Média	Média	Apresenta vulnerabilidade moderada, com piora em relação ao patamar inicial, mas sem atingir os casos mais críticos.

América	Baixa	Baixa	Baixa	Mantém condição relativamente favorável, funcionando como área de menor criticidade regional.
Jacy	Baixa	Baixa	Baixa	Apresenta estabilidade em baixa vulnerabilidade, contrastando com os bairros mais frágeis da região.
Alves Pereira	Baixa	Baixa	Baixa	Consolida-se como bairro de menor vulnerabilidade, embora deva ser monitorado pela dinâmica regional.

Fonte: Elaboração própria, com base em Sauer e Campêlo (2005), Sauer, Campêlo e Capillé (2012) e Sauer, Campêlo e Capillé (2024).

A leitura conjunta do Quadro 05 evidencia que a Região Anhanduizinho reúne trajetórias socioespaciais distintas, mas mantém uma concentração expressiva de vulnerabilidade em sua porção sul. Centro-Oeste permanece em posição muito crítica nos três levantamentos, enquanto Lageado surge, em 2024, entre os bairros mais vulneráveis do município; Taquarussu também demanda atenção por apresentar posição relativa mais desfavorável no levantamento recente. Em contraste, América, Jacy e Alves Pereira conservam classificações menos críticas, confirmando que a região não constitui um espaço homogêneo. Esses resultados reforçam a hipótese de que eventuais melhorias gerais em Campo Grande-MS não se distribuíram de maneira uniforme no território. Como os indicadores de 2000, 2010 e 2024 possuem metodologias distintas, essa interpretação não representa comparação numérica direta, mas uma análise das permanências e dos deslocamentos relativos de cada bairro no conjunto municipal. Nesse sentido, o enfrentamento das desigualdades na Região Anhanduizinho exige políticas públicas intersetoriais e territorializadas, especialmente nos bairros Centro-Oeste, Lageado e Taquarussu, com prioridade para infraestrutura urbana, mobilidade, habitação, assistência social, saúde, educação e geração de trabalho e renda.

3.1.6 Região Lagoa

Após a Região Anhanduizinho, a análise passa à Região Lagoa, que integra o arco sul de vulnerabilidade de Campo Grande-MS. Diferentemente de uma leitura uniforme da periferia, esse setor combina bairros com infraestrutura mais consolidada e áreas ainda marcadas por carências sociais persistentes. A Lagoa permite, assim, observar a continuidade espacial da vulnerabilidade entre bairros da zona sul, sem reduzir o diagnóstico a uma oposição simples entre áreas centrais e periféricas.

De acordo com Sauer, Campêlo e Capillé (2024), a Região Lagoa exemplifica as contradições inerentes à produção do espaço urbano periférico, caracterizando-se pela

coexistência de áreas de alta inclusão social e bolsões de pobreza extrema. Esta região é composta pelos bairros Aeroporto, Bandeirantes, Batistão, Caiçara, Coophavila II, Leblon, São Conrado, Taveirópolis, Tijuca e União. Historicamente, conforme apontado nos levantamentos de Sauer e Campêlo (2005) e Sauer, Campêlo e Capillé (2012), o bairro São Conrado manteve-se como o ponto mais crítico do setor, apresentando índices de exclusão significativamente superior à média municipal.

A análise temporal desta região revela que, embora existam "ilhas" de baixa vulnerabilidade e infraestrutura consolidada, como os bairros Aeroporto e Tijuca, a dinâmica de crescimento urbano gerou novos gargalos sociais. Os dados mais recentes indicam que a vulnerabilidade não apenas permanece cristalizada em áreas históricas, mas também se agravou em localidades como o bairro Caiçara, que em 2024 passou a figurar entre os indicadores mais preocupantes da região. As subseções a seguir detalham o comportamento do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) em cada um desses territórios, fundamentando a necessidade de políticas públicas que reconheçam as heterogeneidades internas deste setor urbano.

Entre 2000 e 2010, a Região Lagoa apresentou cristalização da pobreza em pontos específicos. O bairro São Conrado já figurava como área crítica, com IES de (0,71) em 2000, passando para (0,84) em 2010. No mesmo período, Caiobá alcançou índice de (0,82), consolidando-se como território de alta exclusão na zona sul.

Em 2024, a Região Lagoa integra o arco de vulnerabilidade que atravessa as regiões Imbirussu e Anhanduizinho. Entre os bairros com maiores índices destacam-se São Conrado (0,44), Caiobá (0,42) e Tijuca (0,40), o que demonstra a permanência de desigualdades internas e a necessidade de políticas específicas para os territórios mais frágeis.

Quadro 06 – Análise da evolução socioespacial por bairro – Região Lagoa

Bairro	IPobreza (2000)	IES (2010)	IVS (2024)	Tendência e Interpretação
São Conrado	Muito Alta	Muito Alta	Média	Criticidade histórica; mantém-se em alta vulnerabilidade em todo o período.
Caiçara	Média	Alta	Média	Piora significativa; superou o São Conrado como o mais vulnerável em 2024.
Taveirópolis	Alta	Média	Média	Patamar intermediário, mas emerge como nova área de atenção no último levantamento.

Bandeirantes	Baixa	Muito Baixa	Média	Apresenta aumento da vulnerabilidade absoluta em 2024.
Coophavila II	Baixa	Média	Média	Estabilidade em patamar intermediário ao longo das décadas.
Leblon	Baixa	Média	Média	Indicadores estáveis e intermediários.
Batistão	Média	Muito Alta	Média	Melhora em 2024; saiu da condição crítica para a intermediária.
Tijuca	Baixa	Média	Média	Apresenta os melhores indicadores da região no cenário atual.
União	-	Média	Média	Consolida-se como área de baixa vulnerabilidade.
Aeroporto	Baixa	Baixa	Média	Mantém o menor IVS, mas vulnerabilidade absoluta sugere mudanças demográficas.

Fonte: Elaboração própria, com base em Sauer e Campêlo (2005), Sauer, Campêlo e Capillé (2012) e Sauer, Campêlo e Capillé (2024).

3.1.7 Região Imbirussu

Após a análise da Região Lagoa, a investigação avança para a Região Imbirussu, situada no setor oeste de Campo Grande e integrada ao arco de vulnerabilidade que acompanha as bordas da mancha urbana. Essa região revela uma dinâmica socioespacial marcada por contrastes internos: ao mesmo tempo em que abriga bairros com indicadores relativamente favoráveis, concentra também o Núcleo Industrial, identificado em 2024 como o bairro de maior IVS do município, com índice de (0,797). Tal configuração evidencia que a vulnerabilidade regional não decorre apenas da localização periférica, mas da forma como o território foi produzido, ocupado e atendido por infraestrutura, moradia, transporte, serviços públicos e oportunidades econômicas.

Em 2000, a Região Imbirussu já apresentava diferenciações expressivas entre seus bairros. Popular registrava pobreza de (0,78) e índice de famílias com necessidades de (0,70), indicando elevada fragilidade social. Nova Campo Grande também aparecia em condição relevante de vulnerabilidade, com (0,48) em pobreza e (0,50) em necessidades. O Núcleo Industrial, embora apresentasse pobreza proporcional menor naquele momento, registrava índice de necessidades de (0,78), sinalizando carências territoriais importantes. Em contraposição, Sobrinho apresentava pobreza muito baixa, ainda que mantivesse demandas sociais específicas.

No levantamento de 2010, observa-se forte agravamento das condições socioeconômicas em bairros estratégicos da região. Núcleo Industrial, Nova Campo Grande e Popular alcançaram patamares muito elevados de pobreza e exclusão social, enquanto Santo Amaro também passou a registrar expressiva piora. Essa trajetória indica que a primeira década do século XXI não produziu uma redução homogênea das desigualdades na região; ao contrário, intensificou a concentração de carências em determinados bairros, especialmente naqueles mais associados à expansão urbana incompleta, à precariedade habitacional e à insuficiência de serviços públicos.

Em 2024, a Região Imbirussu apresenta recuperação relativa em alguns bairros, mas sem eliminar a permanência de territórios de alta vulnerabilidade. O Núcleo Industrial permanece como o ponto mais crítico, com IVS de (0,797), seguido por Popular, que ainda registra vulnerabilidade relevante. Por outro lado, Sobrinho consolida-se como área de menor vulnerabilidade, enquanto Santo Antônio e Santo Amaro aparecem em situação mais favorável quando comparados ao agravamento observado em 2010. O quadro regional, portanto, não revela uma trajetória linear de melhora, mas um processo desigual, no qual certos bairros recuperam posição relativa enquanto outros permanecem fortemente marcados por carências históricas.

Essa leitura dialoga com Maricato (2001), ao compreender a crise urbana brasileira como resultado da produção desigual das cidades, marcada pela expansão periférica, pela precariedade da moradia e pela insuficiência de infraestrutura nas áreas populares. Em outro enfoque, Rolnik (2015) contribui para interpretar a Região Imbirussu a partir da mercantilização e da financeirização da terra urbana, processo que transforma a moradia e o solo urbano em ativos seletivos, ampliando as diferenças entre áreas valorizadas e territórios pouco integrados aos benefícios da urbanização. Nessa perspectiva, a permanência do Núcleo Industrial entre os espaços de maior vulnerabilidade expressa não apenas carências sociais localizadas, mas a inserção desigual desse território na lógica de produção, valorização e apropriação da cidade.

Quadro 07 – Evolução socioespacial por bairro – Região Imbirussu

Bairro	IPobreza (2000)	IES (2010)	IVS (2024)	Tendência e Interpretação
Núcleo Industrial	Muito Alta	Muito Alta	Muito Alta	Epicentro da vulnerabilidade; detém

				o IVS mais elevado de Campo Grande em 2024.
Popular	Alta	Elevada	Média	Muito alta vulnerabilidade; agravamento severo em 2010 e manutenção de patamar crítico.
Nova Campo Grande	Alta	Muito Alta	Média	Piora acentuada na primeira década, com recuperação parcial no levantamento recente.
Panamá	Média	Alta	Média	Trajetória de pobreza moderada a alta; vulnerabilidade média em 2024.
Santo Amaro	Média	Alta	Baixa	Melhora consistente nos indicadores após o pico de exclusão em 2010.
Santo Antônio	Baixa	Média	Baixa	Indicadores estáveis e intermediários ao longo do período.
Sobrinho	Baixa	Média	Muito Baixa	Melhores indicadores da região; consolidado como área de baixa vulnerabilidade.

Fonte: Elaboração própria, com base em Sauer e Campêlo (2005), Sauer, Campêlo e Capillé (2012) e Sauer, Campêlo e Capillé (2024).

A leitura do Quadro (07) evidencia que a Região Imbirussu possui composição interna bastante diferenciada. O Núcleo Industrial ocupa a posição mais preocupante, mantendo-se nos níveis mais elevados da classificação e concentrando o maior IVS municipal em 2024. Popular e Nova Campo Grande apresentam percurso semelhante, com forte elevação dos indicadores em 2010 e redução apenas parcial no levantamento recente. Panamá permanece em condição intermediária, enquanto Santo Amaro e Santo Antônio demonstram recomposição relativa após o pico de exclusão observado na década anterior. Sobrinho, por sua vez, funciona como contraponto regional, ao reunir os melhores resultados do conjunto e confirmar que a região não pode ser interpretada de forma uniforme.

Em síntese, a Região Imbirussu revela um quadro de contrastes duradouros, no qual a melhora de alguns bairros convive com a permanência de áreas pouco incorporadas aos benefícios da urbanização. O caso do Núcleo Industrial mostra que intervenções pontuais não bastam para modificar estruturas territoriais consolidadas, sobretudo quando persistem limitações de infraestrutura, moradia, mobilidade, acesso a serviços e inserção econômica. Por

isso, o planejamento para essa região deve combinar ações urbanas e sociais de longo prazo, priorizando a qualificação habitacional, a conectividade territorial, a presença efetiva do poder público e a ampliação das oportunidades de trabalho e renda nos setores mais vulnerabilizados.

O exame conjunto das sete regiões urbanas de Campo Grande-MS permite afirmar que a vulnerabilidade social no município não se distribui de maneira homogênea, mas acompanha a produção desigual do espaço urbano. A Região Centro apresenta maior consolidação de infraestrutura e serviços, embora mantenha desigualdades internas; a Região Prosa revela forte contraste entre bairros valorizados e territórios críticos, especialmente no eixo do Noroeste; a Região Segredo evidencia permanências e agravamentos históricos na porção norte, com destaque para Mata do Segredo, Nova Lima e Coronel Antonino; a Região Bandeira demonstra a persistência de bolsões de vulnerabilidade nas Moreninhas e em bairros adjacentes; a Região Anhanduizinho concentra alguns dos maiores níveis de criticidade, sobretudo no Centro-Oeste e no Lageado; a Região Lagoa integra o arco sul de vulnerabilidade, com permanências em São Conrado, Caiçara e outros bairros intermediários; e a Região Imbirussu apresenta o caso mais expressivo de vulnerabilidade recente, representado pelo Núcleo Industrial. Em termos teórico-epistemológicos, esses resultados reforçam que a vulnerabilidade deve ser lida como geograficidade concreta: ela se realiza no território usado, nas rugosidades acumuladas, na distribuição desigual dos fixos sociais e na seletividade dos fluxos urbanos.

De modo geral, os dados analisados indicam que as regiões periféricas e de expansão urbana concentram as situações mais críticas, confirmando a relação entre vulnerabilidade social, localização urbana, acesso desigual à infraestrutura e oferta insuficiente de serviços públicos. Ainda que alguns bairros tenham apresentado recuperação relativa em 2024, a permanência de territórios historicamente vulneráveis revela uma rigidez socioespacial da pobreza, marcada por baixa renda, precariedade habitacional, dificuldades de mobilidade, fragilidades no acesso à saúde, educação, assistência social, saneamento e oportunidades de trabalho. Essa configuração evidencia uma dimensão de injustiça espacial, nos termos de Soja, pois a distribuição desigual dos bens urbanos limita o exercício do direito à cidade, conforme formulado por Lefebvre. Assim, o enfrentamento da vulnerabilidade exige políticas públicas territorializadas, contínuas e intersetoriais, capazes de reconhecer as especificidades de cada região e priorizar os bairros onde as carências sociais se acumulam de forma mais intensa.

As sete regiões reforçam que a vulnerabilidade social em Campo Grande-MS deve ser compreendida pela articulação entre trajetória histórica, posição territorial e capacidade de

resposta do poder público. O Mapa (03), apresentada a seguir, contribui para visualizar essa dinâmica ao representar a distribuição espacial do Índice de Exclusão Social por bairros em Campo Grande-MS, 2010, permitindo identificar os bairros que naquele período concentravam maiores níveis de exclusão e que, em muitos casos, continuam relevantes para compreender a permanência das desigualdades socioespaciais no município. Recomenda-se confirmar se a imagem correspondente à Mapa 03 está inserida imediatamente após o título; caso contrário, a figura pode ter sido omitida enquanto o título e a fonte permaneceram no texto.

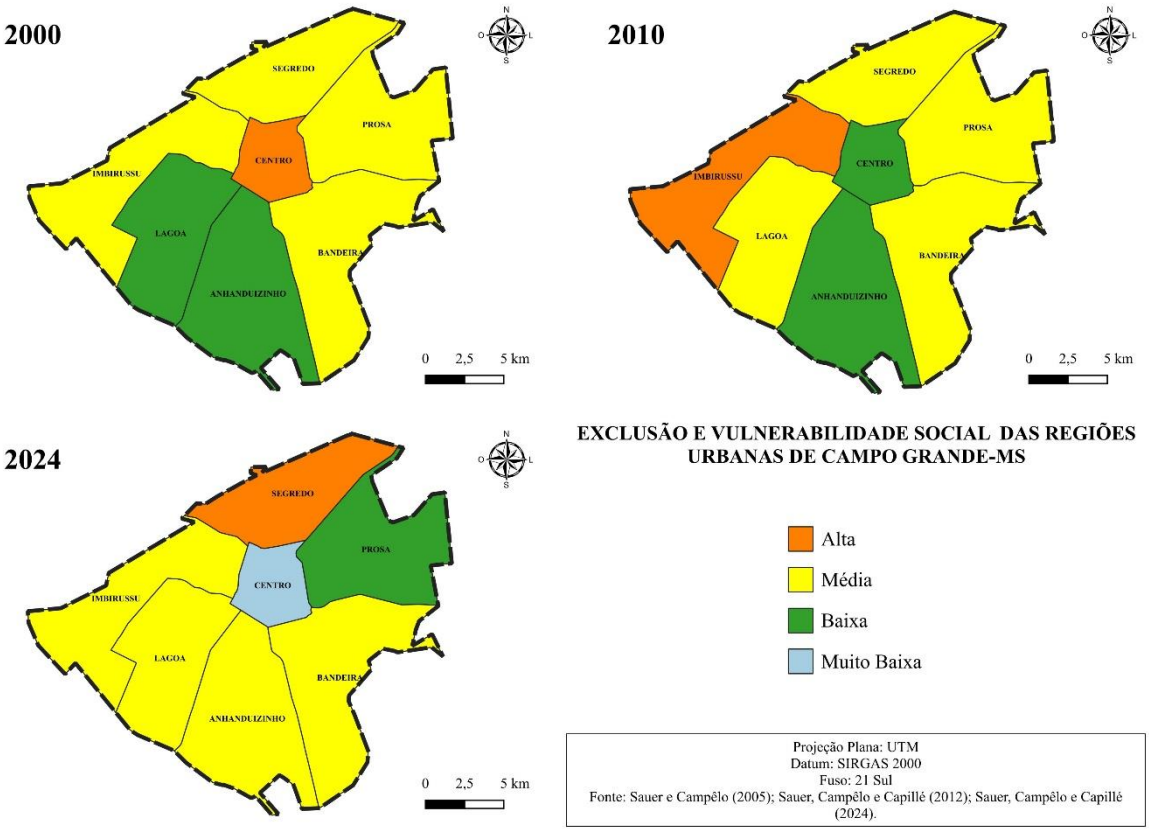
Quadro 08 – Critérios de classificação do indicador municipal de vulnerabilidade social utilizado no levantamento de 2024, com escala e categorias semelhantes ao IVS/IPEA

Intervalo do IVS	Classificação da vulnerabilidade	Significado prático
0,000 a 0,200	Muito Baixa	Excelente infraestrutura e ótimo capital humano.
0,201 a 0,300	Baixa	Condições de vida favoráveis, com pouca exclusão.
0,301 a 0,400	Média	Situação intermediária, com gargalos em algumas áreas.
0,401 a 0,500	Alta	Déficits severos de direitos sociais e renda.
0,501 a 1,000	Muito Alta	Situação extrema de privação e carência social.

Fonte: Elaboração própria, com base na escala de classificação utilizada no levantamento municipal de 2024 e em categorias semelhantes às do IVS/IPEA.

O Quadro (08) sistematiza os critérios de classificação do indicador municipal de vulnerabilidade social adotado no levantamento de 2024. A escala, organizada em cinco faixas, permite interpretar os valores do IVS de maneira qualitativa, distinguindo territórios com melhores condições de infraestrutura e acesso a direitos daqueles marcados por maior privação social. Essa referência metodológica orienta a leitura dos bairros e regiões urbanas, evitando interpretações exclusivamente numéricas e reforçando a necessidade de compreender a vulnerabilidade como fenômeno territorial, histórico e multidimensional.

Mapa 02: Índice de Exclusão Social e Vulnerabilidade Social por região em Campo Grande-MS (2010).



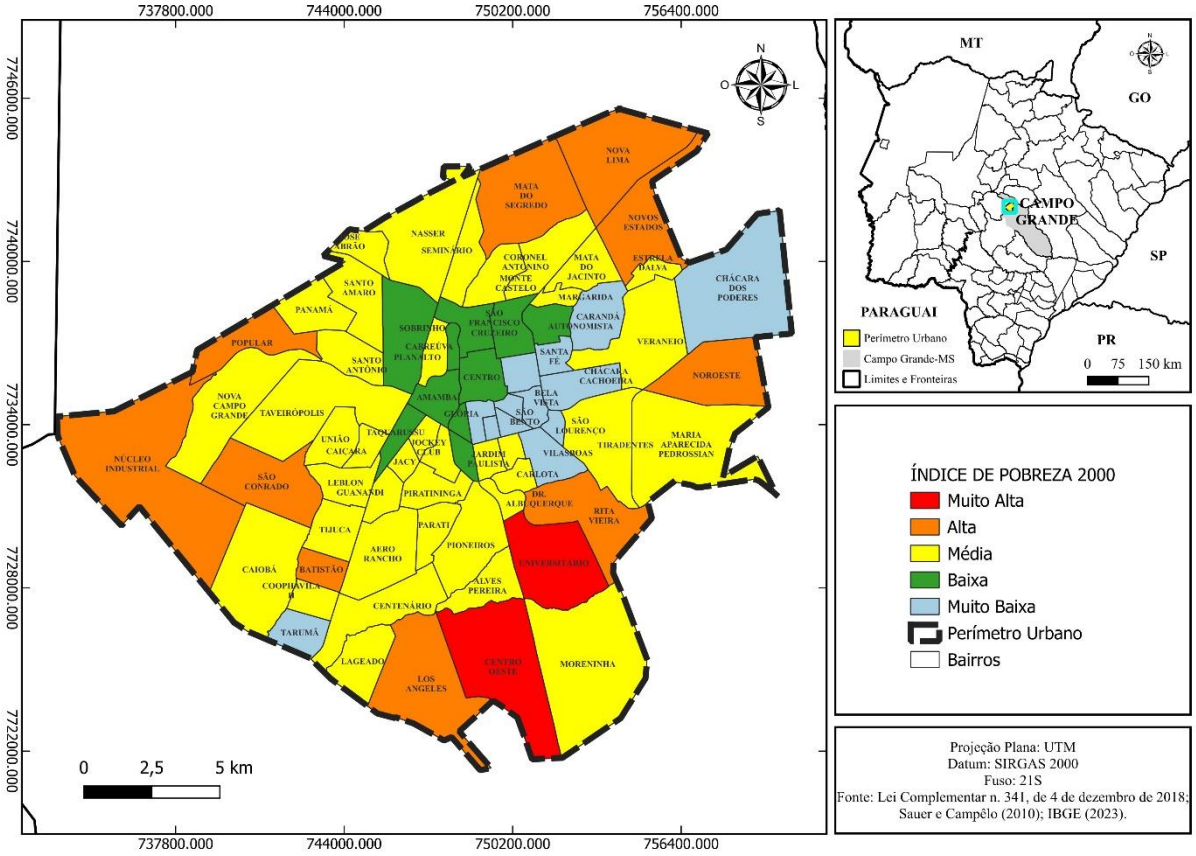
Fonte: Organizado pelo autor, com elaboração cartográfica de Guilherme Espindola Junior e dados socioespaciais de Sauer e Campello (2005), Sauer, Campelo, Capillé (2012; 2024).

Tabela 01 – Classificação relativa dos indicadores de famílias com necessidades e pobreza por região urbana em (2000).

REGIAO URBANA	**INDICE DE FAMILIAS COM NECESSIDADES**	**POBREZA**
CENTRO	Muito Baixa	Muito Baixa
PROSA	Muito Baixa	Média
SEGREDO	Baixa	Alta
BANDEIRA	Muito Baixa	Média
ANHANDUIZINHO	Baixa	Média
LAGOA	Baixa	Média
IMBIRUSSU	Muito Baixa	Baixa

Fonte: Elaboração própria, com base em Sauer e Campêlo (2005), Sauer, Campêlo e Capillé (2012) e Sauer, Campêlo e Capillé (2024).

Mapa 03: Índice de Pobreza por bairros em Campo Grande-MS, 2000.



Fonte: Organizado pelo autor, com elaboração cartográfica de Guilherme Espindola Junior e dados socioespaciais de Sauer e Campello (2005).

Tabela 02 – Classificação relativa dos indicadores de exclusão social e pobreza por região urbana em 2010

REGIÃO URBANA 2010	**IES***	**IPOBREZA***
CENTRO	Alta	Média
PROSA	Média	Média
SEGREDO	Alta	Muito Alta
BANDEIRA	Alta	Alta
ANHANDUIZINHO	Alta	Média
LAGOA	Alta	Muito Alta
IMBIRUSSU	Alta	Muito Alta

Fonte: Elaboração própria, com base em Sauer e Campêlo (2005), Sauer, Campêlo e Capillé (2012) e Sauer, Campêlo e Capillé (2024).

Conclui-se que o enfrentamento da vulnerabilidade social em Campo Grande-MS exige políticas públicas contínuas, intersetoriais e territorializadas. A priorização dos bairros críticos deve orientar ações de assistência social, saúde, educação, habitação, saneamento, mobilidade, infraestrutura urbana e geração de renda. Somente por meio de planejamento integrado e justiça espacial será possível reduzir desigualdades históricas e ampliar o direito à cidade para a população vulnerabilizada.

Tabela 03 – Classificação relativa da vulnerabilidade social por região urbana em (2024)

REGIÃO URBANA 2024	Vulnerabilidade	IVS
CENTRO	Alta	Média
PROSA	Média	Média
SEGREDO	Baixa	Alta
BANDEIRA	Baixa	Média
ANHANDUIZINHO	Média	Alta
LAGOA	Baixa	Alta
IMBIRUSSU	Média	Alta

Fonte: Elaboração própria, com base em Sauer e Campêlo (2005), Sauer, Campêlo e Capillé (2012) e Sauer, Campêlo e Capillé (2024).

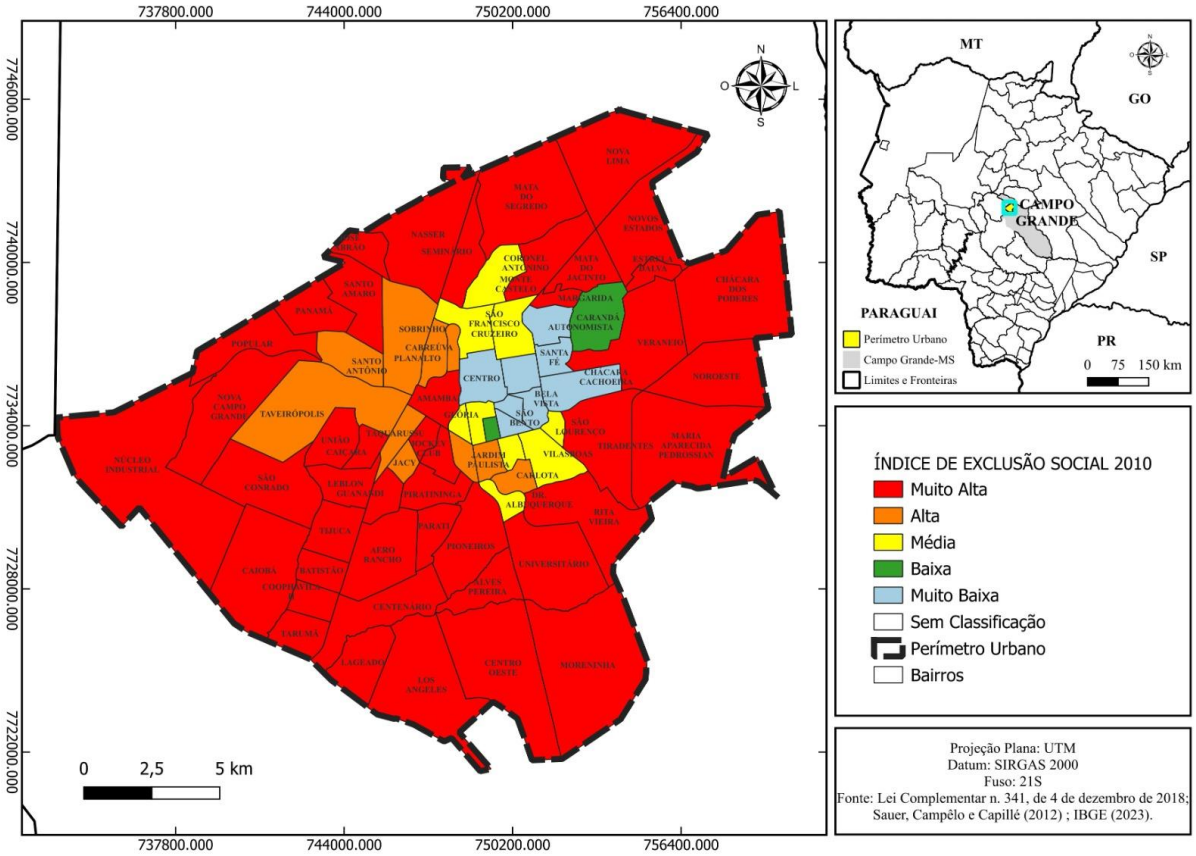
Desse modo, o Capítulo (3) reforça a hipótese de que a vulnerabilidade social no município apresenta forte rigidez territorial. Mesmo diante de transformações urbanas e melhorias pontuais, determinados bairros continuam concentrando baixa renda, fragilidade habitacional, infraestrutura insuficiente e acesso desigual a oportunidades. Essa permanência conforme Santos (1987), ao evidenciar que a localização no espaço urbano interfere diretamente nas possibilidades de acesso à cidadania, aos serviços e aos recursos sociais. Destaca Kaztman (1999; 2001), para quem a vulnerabilidade decorre da relação entre os ativos disponíveis às famílias e as estruturas de oportunidades oferecidas pelo Estado, pelo mercado e pela comunidade. A leitura em escala de bairro, portanto, complementa o diagnóstico regional e indica a necessidade de políticas públicas contínuas, específicas e orientadas pela redução das desigualdades socioespaciais.

Conforme a Tabela (01), referente ao ano de 2000, observa-se que o índice de famílias com necessidades apresentava menor intensidade relativa na maior parte das regiões urbanas de Campo Grande-MS. Centro, Prosa, Bandeira e Imbirussu foram classificados com índice muito baixo nesse indicador, enquanto Segredo, Anhanduizinho e Lagoa apareceram com classificação baixa. Esse resultado indica que, naquele momento, as necessidades familiares, consideradas de forma regional, não se distribuíam de maneira extrema no conjunto da cidade, embora já revelassem diferenciações territoriais importantes entre as regiões mais consolidadas e aquelas situadas em áreas de expansão urbana ou periferização.

Em relação ao indicador de pobreza, a Tabela 01 evidencia maior heterogeneidade socioespacial entre as regiões urbanas. A Região Centro apresentou classificação muito baixa, reforçando sua condição de área mais consolidada e relativamente favorecida no início do século XXI. A Região Imbirussu foi classificada como baixa, enquanto Prosa, Bandeira,

Anhanduizinho e Lagoa apareceram em situação média, demonstrando presença de vulnerabilidades intermediárias. A Região Segredo destacou-se como a mais crítica em 2000, com pobreza classificada como alta, revelando que a porção norte da cidade já concentrava fragilidades sociais relevantes. Assim, os dados indicam que a pobreza regional era mais intensa e desigual do que o indicador de famílias com necessidades, apontando para a existência de contrastes territoriais que se aprofundariam nas análises posteriores.

Mapa 04: Índice de Exclusão Social por bairros em Campo Grande-MS, 2010.



Fonte: Organizado pelo autor, com elaboração cartográfica de Guilherme Espindola Junior e dados socioespaciais de Sauer, Campelo, Capillé (2012).

No Mapa (04) referente ao Índice de Exclusão Social de 2010, a predominância da cor vermelha indica que todas as regiões urbanas aparecem classificadas em condição de exclusão social muito alta Essa representação confirma que os índices mais elevados se concentravam sobretudo nas bordas da mancha urbana, em bairros como Jardim Noroeste, Los Angeles, Centro-Oeste, Moreninha, Nova Lima, Mata do Segredo, Coronel Antonino, Popular e Núcleo Industrial.. Essa leitura não significa que todos os bairros apresentassem a mesma intensidade de carência, mas que, no conjunto regional, os indicadores utilizados no levantamento evidenciaram forte presença de vulnerabilidades socioeconômicas distribuídas pela cidade. Tal resultado pode ser explicado pela persistência de desigualdades intraurbanas acumuladas, pela expansão periférica de Campo Grande-MS, pela distribuição desigual de

infraestrutura, renda, moradia, educação, mobilidade e serviços públicos, bem como pela permanência de bolsões de pobreza mesmo em regiões que também possuem áreas valorizadas. Nesse sentido, o vermelho no mapa expressa uma situação estrutural: em 2010, a exclusão social não estava restrita a bairros isolados, mas configurava um problema territorial amplo, ainda que com intensidades diferentes entre os bairros de cada região. Essa interpretação está de acordo com Sauer, Campêlo e Capillé (2012), que revisitaram os índices de inclusão e exclusão social com base no Censo Demográfico de 2010, e também com o mapeamento atualizado da vulnerabilidade social de Campo Grande-MS, publicado pela PLANURB, segundo o qual a vulnerabilidade resulta da exposição desigual a riscos, dificuldades socioeconômicas, fragilidades no acesso a recursos econômicos, serviços essenciais, capital social e oportunidades de participação cívica (Sauer; Campêlo; Capillé, 2012; PLANURB, 2024).

Ressalta-se que a comparação direta e absoluta dos índices deve ser evitada, pois os levantamentos de 2000, 2010 e 2024 foram produzidos por procedimentos metodológicos distintos. Por essa razão, gráficos ou interpretações que apresentem os três períodos como uma série numérica contínua podem induzir a uma percepção equivocada de melhora ou piora estatística. A leitura adequada deve priorizar a harmonização qualitativa por posicionamento relativo, as classificações internas, os quadros interpretativos e a identificação dos bairros que ocupam posições críticas em cada momento histórico. Desse modo, termos como aumento, redução, agravamento ou recuperação são empregados apenas em sentido relativo e territorial, vinculados à posição do bairro ou da região no conjunto municipal, e não como variação percentual direta entre índices de natureza metodológica distinta.

Ao adotar essa perspectiva territorializada, o capítulo evidencia como a expansão urbana de Campo Grande concentrou fragilidades sociais em áreas periféricas. A análise do IVS e dos indicadores correlatos permite observar o chamado “efeito território”, isto é, a sobreposição de carências materiais, baixa renda, precariedade habitacional e insuficiência de suporte estatal em determinados bairros.

Esses territórios apresentavam fragilidades associadas à renda, à infraestrutura urbana, às condições de moradia e ao acesso desigual a serviços públicos, indicando que a exclusão social em Campo Grande possuía forte expressão territorial e se manifestava com maior intensidade nos bairros periféricos. Durante a década seguinte (2010-2020), houve melhorias graduais em indicadores como acesso à educação e serviços de saneamento básico. No entanto, a crise de saúde que ocorreu em 2020 agravou consideravelmente as desigualdades, especialmente em áreas periféricas, onde o desemprego e a informalidade cresceram de forma

significativa. Embora o auxílio emergencial tenha amenizado parcialmente os efeitos da crise, ele não foi suficiente para conter o crescimento da pobreza extrema em regiões historicamente vulneráveis.

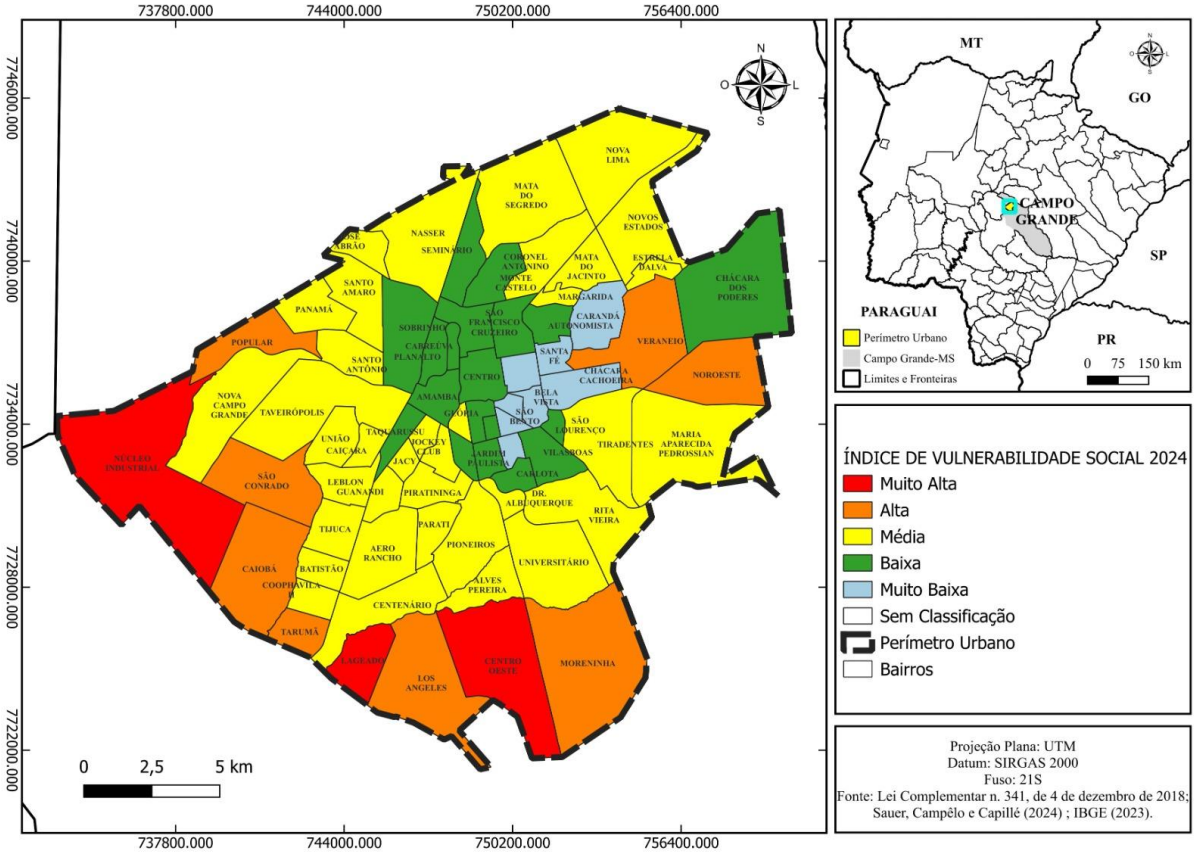
Essa interpretação também pode ser aprofundada a partir de Corrêa (1989), quando o autor destaca que o espaço urbano é produzido por diferentes agentes sociais, cujas ações resultam em formas desiguais de uso, apropriação e valorização da cidade. Nessa perspectiva, a concentração dos maiores Índices de Exclusão Social nas áreas periféricas de Campo Grande-MS não expressa apenas a localização da pobreza, mas revela a própria lógica seletiva de produção do espaço urbano, na qual determinados bairros permanecem menos integrados aos investimentos, à infraestrutura e aos serviços públicos.

Os dados de 2024 demonstram uma transição metodológica em relação aos levantamentos anteriores. Enquanto 2000 e 2010 utilizaram indicadores de inclusão, exclusão social, pobreza e necessidades, o levantamento mais recente adotou um indicador municipal de vulnerabilidade social, estruturado com escala semelhante à do IVS/IPEA, mas com dimensões próprias, entre elas vulnerabilidade, oferta de serviços e cobertura da oferta. Por isso, a comparação entre os períodos deve ser compreendida como leitura relativa e territorial, e não como equivalência numérica direta entre índices.

A análise dos indicadores, reforça a necessidade de relacionar vulnerabilidade e ação municipal. Nesse sentido, a análise de 2024 deve considerar, sempre que os dados estiverem disponíveis, não apenas o indicador geral, mas também as dimensões de oferta de serviços e de cobertura dessa oferta. Essa articulação permite verificar se escolas, unidades de saúde, equipamentos de assistência social e demais serviços públicos se distribuem proporcionalmente aos territórios e grupos sociais mais vulneráveis, sobretudo quando observados em relação à população menos favorecida de cada região.

O mapeamento de 2024 classifica cinco bairros com vulnerabilidade muito alta, com escores acima de (0,5): Núcleo Industrial (0,797), Centro-Oeste (0,594), Lageado (0,573), Noroeste (0,548) e Popular (0,508). Esses bairros formam um arco de exclusão que atravessa especialmente as regiões Imbirussu, Anhanduizinho e Prosa, evidenciando a persistência de desigualdades socioespaciais nas bordas da mancha urbana.

Mapa 05: Índice de Vulnerabilidade Social por bairros em Campo Grande-MS, 2024.



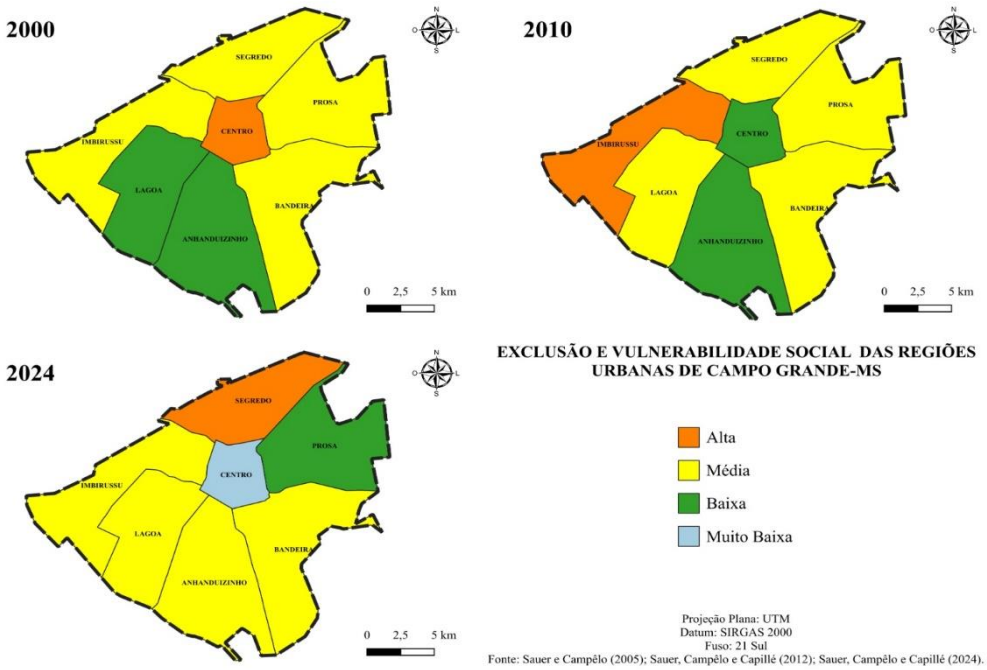
Fonte: Organizado pelo autor, com elaboração cartográfica de Guilherme Espindola Junior e dados socioespaciais de Sauer, Campelo, Capillé (2024).

Em síntese, os dados das tabelas acima confirmam que a vulnerabilidade social em Campo Grande-MS deve ser interpretada como fenômeno histórico, relacional e territorialmente diferenciado. Em 2000, a classificação por famílias com necessidades e pobreza já indicava contrastes entre regiões urbanas; em 2010, os indicadores de exclusão social evidenciaram permanências e agravamentos relativos em determinados setores, em 2024, o IVS municipal reafirmou a concentração das maiores fragilidades em áreas específicas da cidade. Embora o município apresente melhorias gerais em alguns indicadores, a leitura por bairros revela que certos territórios mantêm posição recorrente entre os mais vulneráveis, especialmente nas bordas urbanas e em áreas de expansão incompleta. Essa constatação orienta o Capítulo 3, que aprofunda a análise dos bairros Centro-Oeste, Noroeste, Moreninhas, Mata do Segredo e Núcleo Industrial, selecionados por sua relevância histórica na pobreza de 2000 e por permitirem observar, até 2024, permanências, deslocamentos e recomposições da vulnerabilidade social em escala intraurbana.

4 ANÁLISE DOS CINCO BAIRROS COM MAIORES ÍNDICES DE POBREZA EM (2000).

Este capítulo aprofunda a leitura dos cinco bairros que, em 2000, se destacavam pelos maiores índices de pobreza em Campo Grande-MS: Centro-Oeste, Noroeste, Moreninhas, Mata do Segredo e Núcleo Industrial. Diferentemente da Seção 2, que apresenta o diagnóstico por regiões urbanas, esta etapa desloca a análise para a escala do bairro, buscando compreender como esses territórios concentravam formas específicas de privação no início do século XXI e de que modo suas trajetórias ajudam a interpretar a permanência das desigualdades socioespaciais no município.

Mapa 06: Índice de Exclusão Social e Vulnerabilidade Social por Região
Campo Grande-MS.



Fonte: Organizado pelo autor, com elaboração cartográfica de Guilherme Espindola Junior e dados socioespaciais de Sauer e Campello (2005), Sauer, Campelo, Capillé (2012; 2024).

O recorte dos cinco bairros justifica-se pela orientação metodológica de aprofundar a análise dos territórios mais críticos, em vez de apenas descrever extensamente todas as regiões urbanas. Esses bairros permitem compreender a evolução histórica dos territórios que apresentavam maior pobreza em 2000, observando como essa condição se manifestou em 2010 e como aparece no levantamento de 2024. Assim, o capítulo busca testar a hipótese central da pesquisa por meio da trajetória histórica e relativa dos bairros e de sua relação com a oferta de serviços públicos municipais.

A contribuição específica deste capítulo consiste em deslocar a análise da escala regional para a escala dos bairros, permitindo compreender como a pobreza urbana assume

expressões distintas no interior de Campo Grande-MS. Centro-Oeste evidencia a concentração mais intensa da pobreza em 2000; Noroeste demonstra a permanência de carências sociais em uma região marcada por valorização urbana; Moreninhas expressa a centralidade da Região Bandeira na reprodução das desigualdades; Mata do Segredo revela a perda relativa das condições socioespaciais na porção norte; e Núcleo Industrial expõe a contradição entre a função produtiva do território e a permanência de baixos indicadores sociais. Desse modo, o capítulo aprofunda a leitura empírica iniciada anteriormente, sem retomar de forma extensa o debate conceitual já desenvolvido, e evidencia diferentes expressões territoriais da pobreza urbana no município.

Essa opção metodológica dialoga com a Geografia crítica ao compreender que o território não é apenas suporte físico, mas dimensão ativa da vida social. Milton Santos demonstra que a localização no espaço urbano interfere nas possibilidades de acesso à cidadania, aos serviços e aos recursos sociais, enquanto Raquel Rolnik enfatiza que o espaço urbano também produz e reproduz desigualdades, sobretudo quando infraestrutura, moradia e oportunidades se concentram de forma seletiva. Nesse sentido, a análise dos cinco bairros permite relacionar pobreza, vulnerabilidade e produção desigual do espaço urbano, evidenciando que a posição de cada território na cidade condiciona diferentes formas de inclusão, exclusão e acesso às políticas públicas.

4.1 Centro-Oeste – Região Anhanduizinho

O bairro Centro-Oeste, situado na Região Anhanduizinho, constitui um dos casos mais expressivos da desigualdade socioespacial em Campo Grande. Em 2000, seu índice de pobreza foi classificado como muito alto, próximo de 1,0, revelando uma situação extrema de privação no início do século XXI. Esse dado não deve ser interpretado apenas como indicador estatístico de baixa renda, mas como expressão territorial de um processo histórico de produção desigual do espaço urbano. Nessa perspectiva, a pobreza do Centro-Oeste resulta da articulação entre expansão periférica, déficit de infraestrutura, precariedade habitacional, fragilidade dos serviços públicos e acesso desigual às oportunidades urbanas.

As contribuições de Milton Santos e David Harvey permitem compreender essa realidade como parte de uma lógica urbana mais ampla, na qual pobreza, urbanização e desigualdade espacial encontram-se profundamente articuladas. Para Santos, a pobreza urbana não pode ser explicada como fenômeno isolado ou meramente individual, pois é produzida por estruturas sociais, econômicas e territoriais que organizam seletivamente o espaço. Harvey, por sua vez, evidencia que a urbanização capitalista tende a concentrar investimentos, serviços e oportunidades em determinadas áreas, produzindo e reproduzindo desigualdades

entre diferentes porções da cidade. Aplicadas ao Centro-Oeste, essas leituras mostram que a permanência de infraestrutura incompleta, moradia precária, ocupação irregular do solo e baixa oferta de equipamentos públicos não representa uma exceção, mas uma manifestação concreta da forma desigual como Campo Grande se expandiu.

Entre as maiores carências do Centro-Oeste destacam-se a precariedade habitacional, a necessidade de melhorias em saneamento básico, drenagem, pavimentação, iluminação pública, mobilidade urbana, regularização fundiária, equipamentos de saúde, assistência social, educação, lazer, segurança e oportunidades de trabalho e renda. Tais demandas indicam uma vulnerabilidade multidimensional, pois a pobreza não se reduz à insuficiência monetária: ela se materializa no cotidiano por meio das dificuldades de circulação, do maior tempo gasto para acessar serviços, da menor qualidade ambiental e da limitação das oportunidades sociais. Desse modo, o bairro revela a sobreposição de desigualdades no território e a persistência de carências acumuladas que não foram superadas pelo crescimento geral da cidade.

A discussão também pode ser aproximada das reflexões de Henri Lefebvre e Ana Fani Alessandri Carlos, especialmente quando se considera a cidade como produção social e como espaço de apropriação desigual. Em Lefebvre, o conceito de direito à cidade permite interpretar o Centro-Oeste não apenas como área carente, mas como território no qual parte da população tem limitado seu acesso pleno aos bens, serviços e possibilidades da vida urbana. Ana Fani Carlos reforça essa leitura ao compreender o espaço urbano como produto, condição e meio de realização da vida social, evidenciando que as contradições da cidade se expressam no cotidiano dos moradores. Assim, quando faltam infraestrutura, mobilidade, equipamentos públicos e condições adequadas de moradia, não se trata apenas de ausência de obras urbanas, mas de uma restrição concreta à participação, ao usufruto e à transformação da cidade.

Essa perspectiva permite compreender que a segregação socioespacial do Centro-Oeste não se manifesta apenas pela localização periférica ou pela distância em relação às áreas mais valorizadas da cidade, mas pela forma como o acesso desigual à moradia, ao transporte, à infraestrutura, aos serviços e às oportunidades define diferentes condições de vida. A permanência do bairro entre as áreas críticas nos levantamentos posteriores confirma que sua vulnerabilidade não foi superada pelas transformações urbanas ocorridas nas últimas décadas. Em 2024, a manutenção de patamar muito alto de pobreza demonstra a rigidez territorial da exclusão na porção sul de Campo Grande.

A contradição socioespacial do Centro-Oeste torna-se ainda mais evidente quando o bairro é observado no interior da própria Região Anhanduizinho. Enquanto bairros como América, Jacy e Alves Pereira aparecem com condições relativamente mais favoráveis e

menores níveis de vulnerabilidade, o Centro-Oeste permanece entre os territórios mais críticos do município. Essa diferença demonstra que a Região Anhanduizinho não é homogênea: nela convivem áreas de maior estabilidade urbana e bairros populares marcados por carências acumuladas, revelando uma distribuição desigual de infraestrutura, serviços, investimentos públicos e oportunidades sociais no mesmo recorte regional.

Assim, o Centro-Oeste sintetiza a permanência de uma vulnerabilidade social enraizada na produção desigual do espaço urbano de Campo Grande. A continuidade do bairro entre os territórios mais críticos demonstra que a pobreza não se dissolve apenas com o crescimento geral da cidade, pois depende da capacidade do poder público de enfrentar carências acumuladas em infraestrutura, moradia, serviços e renda. Sob a perspectiva da Geografia Crítica, o caso evidencia que a superação da vulnerabilidade exige políticas públicas integradas, contínuas e territorializadas, orientadas pela escala do bairro e pelo reconhecimento do direito à cidade. Somente intervenções articuladas em saneamento, mobilidade, habitação, regularização fundiária, equipamentos públicos e geração de renda poderão romper a reprodução territorial da exclusão na Região Anhanduizinho.

4.2 Noroeste – Região Prosa

O Noroeste, situado na Região Prosa, aparecia em 2000 como território de pobreza elevada e permanece, em 2024, entre os bairros classificados com vulnerabilidade muito alta. Essa trajetória revela uma condição historicamente acumulada, relacionada à urbanização desigual, à precariedade habitacional, à insuficiência de infraestrutura e ao acesso limitado a serviços públicos. Entre suas principais carências destacam-se saneamento básico, drenagem, pavimentação, iluminação pública, regularização fundiária, mobilidade urbana, equipamentos de saúde, assistência social, educação, lazer e oportunidades de trabalho e renda.

A situação do Noroeste torna-se ainda mais expressiva porque o bairro integra a mesma Região Prosa onde se localizam áreas nobres e valorizadas de Campo Grande, como Chácara Cachoeira, Carandá e Santa Fé. Enquanto esses bairros apresentam melhores condições de renda, infraestrutura consolidada, valorização imobiliária e acesso a serviços, o Noroeste concentra demandas básicas ainda não plenamente atendidas. Essa proximidade revela uma contradição socioespacial interna à própria região. Territórios de privilégio e de privação coexistem no mesmo recorte urbano, mas são incorporados à cidade de maneira desigual.

O processo de favelização observado em partes do bairro reforça essa leitura, pois evidencia a presença de ocupações precárias, insegurança fundiária e moradias situadas em áreas de urbanização incompleta ou ambientalmente sensíveis. Nesses espaços, a

vulnerabilidade assume caráter simultaneamente social, urbano e ambiental: famílias de baixa renda enfrentam dificuldades de acesso à moradia formal, convivem com infraestrutura insuficiente e permanecem mais expostas a riscos associados à drenagem, ao saneamento, à circulação e à qualidade dos espaços públicos.

A principal contradição do Noroeste está na convivência entre sua permanência como território vulnerável e sua inserção em uma região que também abriga bairros de elevada valorização imobiliária e melhores indicadores sociais. Diferentemente de áreas periféricas mais homogêneas em sua precariedade, o Noroeste evidencia que a proximidade espacial com setores consolidados não garante acesso equivalente à infraestrutura, aos serviços públicos e às oportunidades urbanas. Essa condição revela que a vulnerabilidade social se reproduz por meio de fronteiras internas ao próprio tecido urbano, nas quais territórios próximos apresentam formas muito distintas de inserção na cidade.

Nesse sentido, o Jardim Noroeste constitui um exemplo significativo de como a desigualdade urbana pode permanecer mesmo em áreas inseridas em regiões economicamente valorizadas. A existência de vazios urbanos, associada à ocupação irregular, à baixa densidade populacional e à presença de assentamentos precários, demonstra que a terra urbana nem sempre cumpre função social voltada à moradia digna e ao acesso equitativo à cidade. Ao contrário, a permanência de grandes áreas subutilizadas, ao lado de moradias improvisadas e infraestrutura insuficiente, evidencia uma contradição própria da urbanização capitalista: enquanto determinadas porções da cidade são reservadas à valorização econômica e imobiliária, outras concentram populações submetidas a condições precárias de reprodução da vida cotidiana.

A análise do Noroeste também evidencia que a vulnerabilidade não decorre apenas da distância física em relação ao centro ou da localização periférica, mas da forma seletiva como investimentos, equipamentos públicos e serviços urbanos são distribuídos no território. A presença de bairros de alta renda na mesma Região Prosa reforça essa leitura, pois mostra que a desigualdade não se organiza apenas entre centro e periferia, mas também no interior de uma mesma região urbana. Assim, a proximidade com áreas valorizadas não elimina a exclusão, uma vez que o acesso à infraestrutura, à moradia adequada, à mobilidade, à segurança e aos serviços públicos depende das condições históricas de ocupação e das prioridades estabelecidas pelas políticas urbanas.

Dessa forma, a finalização da análise do Noroeste exige compreender o bairro como território marcado pela combinação entre precariedade habitacional, fragilidade ambiental, ausência ou insuficiência de infraestrutura e segregação socioespacial. Suas carências não

devem ser vistas como problemas isolados, mas como expressão de um processo de urbanização que incorporou desigualmente diferentes grupos sociais ao espaço urbano de Campo Grande. A superação desse quadro demanda políticas públicas integradas, capazes de articular regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários, melhoria das condições habitacionais, ampliação da infraestrutura urbana, preservação ambiental e fortalecimento dos equipamentos sociais.

Portanto, o Noroeste sintetiza uma das contradições mais evidentes da Região Prosa: a coexistência entre valorização imobiliária, vazios urbanos e pobreza territorializada. Sua permanência entre os bairros de vulnerabilidade muito alta em 2024 confirma que o crescimento urbano, por si só, não garante inclusão social nem distribuição equilibrada dos benefícios da cidade. O caso revela a necessidade de intervenções territorializadas e contínuas, orientadas pelo direito à cidade e pela redução das desigualdades socioespaciais, para que o bairro deixe de representar um ponto de ruptura entre a cidade valorizada e a cidade precarizada.

4.3 Mata do Segredo

O bairro Mata do Segredo, localizado na porção norte de Campo Grande, constitui um território marcado pela combinação entre importância ambiental, expansão urbana e persistência de desigualdades sociais. Sua análise revela que a vulnerabilidade não se limita à ausência de renda, mas envolve também as condições de moradia, infraestrutura, mobilidade, acesso a equipamentos públicos, saneamento, drenagem e proteção socioambiental. Por estar associada a áreas de relevante valor natural e a processos de ocupação urbana nem sempre acompanhados por planejamento adequado, o Mata do Segredo expressa uma das contradições mais importantes da cidade, a coexistência entre patrimônio ambiental, crescimento urbano e precariedade das condições de vida de parte de seus moradores.

A principal particularidade da Mata do Segredo está na tensão entre o valor ambiental da região e a forma como a urbanização se consolidou em determinados trechos. O avanço da ocupação, quando ocorre sem infraestrutura suficiente e sem controle efetivo do uso do solo, amplia problemas relacionados à precariedade habitacional, ao risco ambiental, à dificuldade de acesso aos serviços urbanos e à fragmentação do tecido urbano. Dessa forma, o bairro demonstra que a desigualdade socioespacial também se manifesta em áreas onde natureza, moradia popular e expansão da cidade se sobrepõem, exigindo análise que articule dimensão social e dimensão ambiental.

Outro aspecto relevante refere-se à pressão da urbanização sobre as áreas próximas à nascente do Córrego Segredo. A ocupação do entorno, quando associada à supressão da vegetação, à impermeabilização do solo, à ausência de drenagem adequada e ao manejo insuficiente das águas pluviais, contribui para o aumento do escoamento superficial e para o carreamento de sedimentos em direção ao curso d'água. Esse processo favorece o assoreamento do córrego, reduz sua capacidade de vazão, compromete a qualidade ambiental da microbacia e amplia riscos de erosão, alagamentos e degradação das áreas de preservação permanente. Assim, a problemática da Mata do Segredo envolve não apenas a dimensão social da pobreza urbana, mas também a fragilidade ambiental produzida pela expansão urbana sem planejamento suficiente.

As carências observadas na Mata do Segredo indicam a necessidade de compreender o bairro como parte de um processo mais amplo de produção desigual do espaço urbano e de oferta territorialmente desigual dos serviços públicos municipais. A presença de infraestrutura incompleta, dificuldades de mobilidade, limitações no acesso a equipamentos de assistência social, saúde e educação infantil, fragilidade nas condições de moradia e demandas por saneamento e drenagem revelam que a vulnerabilidade se materializa no cotidiano da população. Nesse contexto, a cobertura e a capacidade de atendimento de serviços como CRAS, CREAS, UBS ou USF, EMEIs, escolas, transporte coletivo, drenagem urbana, coleta de resíduos e rede de esgotamento sanitário tornam-se dimensões fundamentais da análise, pois indicam se o território dispõe de fixos sociais suficientes para responder às necessidades da população.

A melhora relativa registrada em 2024 deve ser interpretada com cautela. Embora indique possível recomposição parcial de determinadas condições urbanas e sociais, ela não significa superação estrutural das desigualdades que historicamente atingem a Mata do Segredo. A permanência de demandas relacionadas à infraestrutura, regularização fundiária, preservação ambiental, equipamentos públicos e proteção social demonstra que o bairro ainda requer atenção prioritária do poder público. Assim, a redução de indicadores de pobreza ou vulnerabilidade, quando observada, precisa ser analisada em conjunto com a qualidade e a continuidade das políticas urbanas implementadas no território.

Portanto, a finalização da análise da Mata do Segredo evidencia que esse território não pode ser compreendido apenas como área de carência, mas como espaço onde se cruzam conflitos entre urbanização, proteção ambiental, justiça social e capacidade de atendimento do poder público municipal. A superação de sua vulnerabilidade exige políticas públicas integradas e territorializadas, capazes de articular regularização fundiária,

urbanização de assentamentos precários, saneamento, drenagem, mobilidade urbana, preservação ambiental, fortalecimento dos equipamentos públicos e geração de renda. Desta feita, torna-se necessário verificar não apenas a existência formal de serviços municipais, mas sua distribuição, acessibilidade, capacidade de atendimento e articulação intersetorial entre assistência social, saúde, educação, infraestrutura urbana e proteção ambiental.

4.4 Núcleo Industrial

O Núcleo Industrial configura-se como um dos territórios de maior criticidade no conjunto urbano de Campo Grande, exigindo uma análise mais aprofundada acerca das razões que explicam sua elevada vulnerabilidade. Embora o bairro esteja associado à presença de atividades produtivas, galpões, circulação de mercadorias e áreas destinadas à função econômica, essa condição não tem se convertido, de maneira automática, em melhorias sociais para a população residente. Ao contrário, a permanência de indicadores críticos revela uma contradição central, trata-se de um território economicamente funcional para a cidade, mas socialmente frágil para os moradores que nele vivem ou dele dependem cotidianamente.

Essa contradição evidencia que a vulnerabilidade do Núcleo Industrial não pode ser explicada apenas pela renda das famílias ou pela existência de postos de trabalho na região. O dinamismo econômico do entorno nem sempre se traduz em inserção qualificada dos moradores, estabilidade ocupacional ou melhoria das condições de moradia. Assim, parte da população permanece à margem dos benefícios produzidos pela centralidade produtiva local, enfrentando limitações concretas para acessar direitos, serviços e oportunidades urbanas.

No Núcleo Industrial, a análise precisa considerar a relação entre função econômica do território e presença efetiva dos serviços públicos municipais. Por se tratar de área marcada por usos produtivos, circulação de mercadorias, grandes lotes e baixa densidade residencial, as demandas cotidianas da população podem ser secundarizadas quando o bairro é interpretado apenas por sua vocação industrial. A vulnerabilidade, nesse caso, decorre menos da tensão socioambiental observada na Mata do Segredo e mais da distância funcional entre o espaço da produção e o espaço da reprodução social, isto é, entre o território que movimenta a economia urbana e o território vivido pelas famílias que necessitam de assistência social, saúde, educação infantil, saneamento, mobilidade e infraestrutura básica.

Essa configuração territorial dificulta a formação de centralidades de bairro e amplia a dependência de deslocamentos para o acesso aos serviços essenciais. Diferentemente de áreas residenciais mais consolidadas, o Núcleo Industrial apresenta uma organização espacial orientada prioritariamente à produção, à circulação e ao armazenamento, o que pode

reduzir a presença de usos urbanos de proximidade. Quando a moradia popular se insere nesse tipo de ambiente sem planejamento integrado, os moradores ficam próximos de atividades econômicas, mas distantes, em termos práticos, dos equipamentos e oportunidades necessários à vida cotidiana.

Outro aspecto relevante refere-se à mobilidade urbana. Em territórios como o Núcleo Industrial, a distância em relação a áreas mais consolidadas, a dependência do transporte coletivo e a possível descontinuidade de calçadas, vias pavimentadas e iluminação pública afetam diretamente o acesso da população ao trabalho, à saúde, à educação e à assistência social. Assim, a vulnerabilidade não se manifesta apenas dentro das moradias, mas também nos percursos cotidianos, no tempo gasto em deslocamentos e na dificuldade de acessar equipamentos públicos em condições adequadas de segurança, frequência e proximidade.

Desse modo, a precariedade do Núcleo Industrial deve ser compreendida pela dissociação entre produção econômica e provisão de infraestrutura social. A existência de empresas e atividades logísticas pode gerar circulação de riqueza, mas não assegura automaticamente proteção social, atenção básica em saúde, educação infantil, saneamento e mobilidade para os moradores. A análise do bairro requer, portanto, verificar se a oferta municipal acompanha a demanda social existente e se os serviços fundamentais estão acessíveis em tempo, distância e capacidade compatíveis com a realidade da população residente.

Portanto, o Núcleo Industrial deve ser compreendido como um território-síntese das contradições da urbanização campo-grandense: concentra funções produtivas importantes, mas revela fragilidades sociais e urbanas profundas. Sua condição de bairro mais vulnerável indica que o desenvolvimento econômico localizado não é suficiente para reduzir desigualdades quando não vem acompanhado de políticas públicas territorializadas. O enfrentamento dessa criticidade exige ações integradas de assistência social, saúde, educação, habitação, mobilidade, saneamento e qualificação profissional, de modo que a função econômica do bairro seja acompanhada pela ampliação dos direitos urbanos da população residente.

4.5 Moreninhas – Região Bandeira

As Moreninhas, localizadas na Região Bandeira, constituem um dos principais exemplos da permanência da vulnerabilidade social na porção sudeste de Campo Grande. Em 2000, o bairro já apresentava pobreza elevada; em 2010, registrou agravamento expressivo, passando a figurar como o ponto mais crítico da região; e, em 2024, manteve-se em condição

de vulnerabilidade muito alta. Essa trajetória demonstra que as carências do território não foram superadas de forma estrutural, mesmo diante da consolidação urbana do bairro e de sua importância populacional. Entre as principais demandas destacam-se saneamento, drenagem, pavimentação, iluminação pública, mobilidade, habitação, segurança, fortalecimento dos equipamentos de saúde, educação e assistência social, além da ampliação de oportunidades de trabalho e renda.

A análise das Moreninhas, contudo, exige cuidado para não caracterizar o bairro como território desprovido de serviços. Ao contrário, sua estrutura urbana reúne equipamentos importantes, como o Quartel das Moreninhas do Corpo de Bombeiros Militar, a presença da 4ª Delegacia de Polícia Civil, unidades de saúde como a UPA Moreninha III e a USF Moreninha III, além de serviços bancários e outras atividades urbanas. A esse conjunto devem ser articulados os serviços públicos municipais responsáveis pela proteção social, saúde e educação, como CRAS, CREAS, UBS, USF, UPA, EMEIs e escolas, cuja presença, cobertura e capacidade de atendimento são fundamentais para compreender a vulnerabilidade do bairro. Esses elementos indicam que o bairro exerce papel de centralidade popular na Região Bandeira, atendendo não apenas sua população residente, mas também moradores de áreas próximas que recorrem a seus serviços e equipamentos.

Entretanto, a existência desses equipamentos não elimina a vulnerabilidade social do bairro. A presença física de serviços públicos e privados não significa, necessariamente, cobertura suficiente, qualidade adequada, acesso universal ou capacidade de resposta proporcional à demanda de uma área densamente habitada e socialmente complexa. A contradição das Moreninhas está justamente nessa condição: o bairro possui centralidade e equipamentos relevantes, mas continua marcado por carências estruturais, desigualdade de renda, dificuldades de mobilidade, precariedades habitacionais e pressões cotidianas sobre os serviços públicos. Assim, o problema não está apenas na ausência de equipamentos, mas também na insuficiência, na sobrecarga ou na distribuição desigual dos serviços em relação às necessidades reais da população.

A infraestrutura de saneamento também deve compor a leitura da vulnerabilidade nas Moreninhas. Demandas relacionadas à drenagem urbana, pavimentação, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais, coleta de resíduos e manutenção das vias interferem diretamente nas condições de saúde, mobilidade e segurança dos moradores. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade não se limita aos indicadores de renda, pois envolve a qualidade do ambiente urbano, a capacidade de circulação cotidiana e a presença de infraestrutura básica capaz de sustentar a vida no bairro.

A condição das Moreninhas torna-se ainda mais significativa quando observada no interior da própria Região Bandeira. No mesmo recorte regional, convivem bairros com trajetórias socioespaciais distintas: enquanto áreas como Vilas Boas, TV Morena, Carlota e Jardim Paulista apresentam indicadores mais favoráveis, maior estabilidade urbana e melhores condições relativas de infraestrutura e acesso a serviços, as Moreninhas permanecem associadas a demandas básicas persistentes. Essa diferença revela que a desigualdade não se organiza apenas entre regiões distantes da cidade, mas também no interior de uma mesma região urbana, onde áreas consolidadas e bairros populares experimentam de modo desigual os benefícios do crescimento urbano.

Nesse contexto, as Moreninhas expressam uma vulnerabilidade multidimensional, pois a pobreza se articula à precariedade urbana, à pressão sobre os serviços públicos, à limitação de renda, às dificuldades de deslocamento e à necessidade de maior integração com as oportunidades da cidade. A consolidação do bairro como importante área residencial popular não foi acompanhada, na mesma intensidade, por investimentos suficientes para responder ao tamanho e à complexidade da demanda social existente. Por isso, sua permanência entre os territórios mais críticos de Campo Grande evidencia os limites de uma urbanização que reconhece a centralidade populacional do bairro, mas não assegura plenamente o direito à cidade para seus moradores.

Portanto, a discussão integral das Moreninhas demonstra que sua vulnerabilidade não pode ser compreendida apenas como insuficiência localizada de serviços, mas como resultado de uma combinação entre densidade populacional, carências urbanas acumuladas, desigualdade socioeconômica e resposta estatal ainda insuficiente diante da complexidade territorial. A superação desse quadro exige políticas públicas integradas, contínuas e territorializadas, articulando urbanização, saneamento, mobilidade, habitação, assistência social, educação, saúde, lazer, segurança, qualificação profissional e geração de renda. Somente com intervenções de longo prazo será possível transformar a centralidade popular das Moreninhas em melhores condições de vida e em efetiva redução das desigualdades socioespaciais na Região Bandeira e em Campo Grande.

Desse modo, o Capítulo 3 reforça a hipótese de que a vulnerabilidade social no município apresenta forte rigidez territorial. Mesmo diante de transformações urbanas e melhorias pontuais, determinados bairros continuam concentrando baixa renda, fragilidade habitacional, infraestrutura insuficiente e acesso desigual a oportunidades. A leitura em escala de bairro, portanto, complementa o diagnóstico regional e indica a necessidade de políticas públicas contínuas, específicas e orientadas pela redução das desigualdades socioespaciais.

4.6 Serviços públicos básicos, carências territoriais e vulnerabilidade social

A análise dos cinco bairros que apresentavam os maiores índices de pobreza em 2000 deve ser articulada à presença, à distribuição e à qualidade dos serviços públicos básicos. A vulnerabilidade social não se manifesta apenas pela renda insuficiente ou pela precariedade habitacional, mas também pela capacidade do território de garantir acesso cotidiano à saúde, educação, assistência social, mobilidade, segurança pública, saneamento e demais condições essenciais de vida urbana. Nessa perspectiva, os serviços públicos constituem parte da estrutura de oportunidades disponível à população e interferem diretamente na possibilidade de romper ciclos de pobreza e exclusão socioespacial; por isso, a análise considera não apenas a presença dos equipamentos, mas também sua cobertura, acessibilidade, capacidade de atendimento e articulação com as trajetórias relativas dos bairros entre 2000, 2010 e 2024.

Essa abordagem dialoga com Kaztman e Filgueira (1999), para os quais a vulnerabilidade resulta da relação entre os ativos disponíveis às famílias e as oportunidades oferecidas pelo Estado, pelo mercado e pela comunidade. Também se aproxima da perspectiva do Atlas da Vulnerabilidade Social do IPEA, que compreende a vulnerabilidade a partir de dimensões como infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho. Embora o indicador municipal utilizado em 2024 não corresponda integralmente ao IVS/IPEA, essa referência metodológica contribui para demonstrar que a insuficiência ou a distribuição desigual dos serviços públicos incide diretamente sobre a condição socioespacial dos bairros analisados.

Nesse mesmo campo de análise, os estudos de Sauer e Campello (2005), Sauer, Campello e Capillé (2012) e a atualização dos indicadores municipais em 2024 contribuem para compreender a permanência histórica da exclusão social em Campo Grande. Esses levantamentos, ao espacializarem indicadores de pobreza e exclusão no território urbano, demonstram que determinados bairros acumulam desvantagens ao longo do tempo, mesmo quando a cidade apresenta crescimento econômico, expansão urbana e ampliação parcial de serviços. A análise entre 2000, 2010 e 2024 permite observar que a exclusão social não se distribui de modo aleatório, mas se concentra em áreas marcadas por carências de infraestrutura, renda, trabalho, equipamentos públicos, mobilidade e proteção social. Assim, os índices elaborados por esses autores reforçam a necessidade de analisar os serviços públicos básicos não apenas como presença física de equipamentos, mas como expressão da capacidade do Estado de reduzir desigualdades historicamente territorializadas.

No campo da saúde, a presença de unidades básicas, equipes de atenção primária e serviços de urgência deve ser compreendida como componente fundamental da proteção social no território. Contudo, a existência formal desses equipamentos não assegura, por si só,

atendimento suficiente. É necessário considerar sua localização, capacidade de absorver a demanda, disponibilidade de profissionais, facilidade de deslocamento, integração com a assistência social e continuidade das ações preventivas. Em bairros periféricos, dispersos ou densamente povoados, a distância até as unidades, a sobrecarga dos serviços e a fragilidade do transporte coletivo podem transformar o acesso à saúde em mais um fator de desigualdade cotidiana.

Na educação, a análise deve contemplar a rede municipal e a rede estadual, uma vez que o acesso à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio interfere diretamente na formação do capital humano e nas oportunidades futuras da população. A oferta escolar não deve ser avaliada apenas pela presença de prédios escolares, mas pelas etapas atendidas, disponibilidade de vagas, permanência dos estudantes, deslocamento diário, segurança no entorno e articulação com políticas de assistência, cultura, esporte e lazer. Nesse sentido, escolas e centros de educação infantil são equipamentos centrais para reduzir desigualdades, especialmente em bairros onde a pobreza familiar limita o acesso a oportunidades complementares de formação.

A assistência social também ocupa lugar estratégico nessa discussão, pois atua diretamente sobre famílias em situação de pobreza, insegurança alimentar, desemprego, violência, fragilidade de vínculos e outras formas de privação. A presença de CRAS, CREAS, serviços de convivência e programas de transferência de renda precisa ser analisada em relação à capacidade de atendimento e à proximidade com os territórios mais vulneráveis. Quando esses serviços são insuficientes ou distantes, as famílias tendem a enfrentar maiores barreiras para acessar benefícios, orientações, encaminhamentos e políticas de proteção, o que reforça a reprodução territorial da pobreza.

No que se refere à segurança pública, embora a competência principal seja estadual, sua efetividade depende de condições territoriais mais amplas. Iluminação pública, espaços coletivos qualificados, escolas, assistência social, oportunidades para jovens, transporte, lazer e presença comunitária são fatores que contribuem para a prevenção da violência. Essa interpretação aproxima-se da leitura de Santos (1987), para quem a cidadania é condicionada pelo território, pois o acesso efetivo a bens, serviços e proteção depende do lugar ocupado pelos sujeitos na cidade. Assim, segurança pública não deve ser tratada apenas como policiamento, mas como resultado de políticas urbanas e sociais capazes de reduzir riscos e ampliar a integração comunitária.

Ao considerar Centro-Oeste, Noroeste, Mata do Segredo, Núcleo Industrial e Moreninhas, verifica-se que a questão central não é apenas a existência de equipamentos

próximos, mas sua suficiência territorial. No Centro-Oeste e no Núcleo Industrial, a combinação entre localização periférica, fragilidade socioeconômica e dificuldades de mobilidade exige atenção à cobertura de saúde, ao transporte, à escola, à assistência social e à segurança preventiva. No Noroeste, os investimentos educacionais, habitacionais e de infraestrutura precisam ser contínuos para enfrentar a persistência da vulnerabilidade em meio aos contrastes da Região Prosa. Na Mata do Segredo, a baixa densidade, a dispersão territorial, os conflitos socioambientais e as pressões sobre áreas de nascente demandam políticas articuladas entre proteção ambiental e inclusão social. Nas Moreninhas, por sua vez, a presença de equipamentos relevantes deve ser confrontada com a dimensão populacional, a intensidade da demanda social e a necessidade de ampliar a qualidade e a capacidade de atendimento dos serviços existentes.

Dessa forma, a discussão integral dos serviços públicos básicos confirma que a vulnerabilidade social apresenta forte dimensão territorial. A presença de equipamentos é condição necessária, mas insuficiente, quando não acompanhada de cobertura adequada, capacidade de atendimento, acessibilidade, continuidade das ações e integração entre políticas municipais e estaduais. Saúde, educação, assistência social, mobilidade, segurança, saneamento, habitação e geração de renda devem ser compreendidos de forma articulada, pois a precariedade em uma dessas dimensões repercute sobre as demais. Assim, esta subseção confirma a hipótese de que melhorias gerais e a presença formal de equipamentos não eliminam desigualdades territorialmente concentradas: a superação da vulnerabilidade depende de políticas públicas contínuas, intersetoriais e orientadas pela escala dos bairros, capazes de converter a presença institucional do Estado em cobertura efetiva e melhoria concreta das condições de vida da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar a vulnerabilidade social em Campo Grande-MS ao longo do século XXI, tomando como referência os indicadores de pobreza, exclusão social e vulnerabilidade social nos anos de 2000, 2010 e 2024. A investigação partiu da compreensão de que a vulnerabilidade é um fenômeno multidimensional, produzido pela articulação entre renda, trabalho, moradia, infraestrutura urbana, acesso a serviços públicos, capital humano e inserção desigual dos grupos sociais no território. A partir dessa perspectiva, a pesquisa demonstrou que a pobreza urbana não se distribui de forma homogênea na cidade, mas se concentra em determinados bairros e regiões, revelando permanências históricas, contrastes internos e desigualdades socioespaciais que atravessam a formação urbana de Campo Grande.

Os resultados confirmam que a escala do bairro é fundamental para compreender a vulnerabilidade social. As médias regionais podem ocultar desigualdades internas expressivas, especialmente em regiões urbanas que reúnem áreas valorizadas e territórios marcados por carências acumuladas. Essa constatação torna o mapeamento territorializado instrumento indispensável para o planejamento urbano, pois permite identificar os lugares onde a exclusão se reproduz com maior intensidade e onde a ação pública deve ser priorizada. Nesse sentido, os estudos de Sauer e Campello (2005), Sauer, Campello e Capillé (2012) e a atualização municipal de 2024 oferecem base relevante para interpretar a permanência da exclusão social no território urbano e para reconhecer os bairros que demandam políticas públicas mais contínuas e integradas.

A análise regional mostrou que Campo Grande apresenta estrutura urbana marcada por forte desigualdade socioespacial. As regiões Centro e parte da Prosa concentram melhores condições relativas de infraestrutura, renda e acesso a serviços, enquanto áreas da Anhanduizinho, Imbirussu, Bandeira, Segredo e Lagoa permanecem associadas a maiores níveis de pobreza e exclusão. No entanto, a pesquisa também demonstrou que a oposição simples entre centro e periferia não é suficiente para explicar a realidade urbana do município. Em uma mesma região administrativa, podem coexistir bairros com indicadores favoráveis e outros profundamente vulnerabilizados, como ocorre na Região Prosa, na Região Bandeira e em outras porções da cidade. Essa heterogeneidade confirma que a vulnerabilidade deve ser interpretada de modo territorializado e relacional.

No Capítulo 3, a leitura em escala de bairro permitiu aprofundar a compreensão dessa desigualdade. O Centro-Oeste expressa a permanência da pobreza na Região do Anhanduizinho. O bairro Noroeste revela a existência de bolsões de exclusão em uma região marcada por valorização imobiliária e vazios urbanos, o bairro Mata do Segredo evidencia a articulação entre vulnerabilidade social, expansão urbana e fragilidade ambiental, especialmente nas áreas relacionadas ao Córrego Segredo, o Núcleo Industrial demonstra que a função produtiva e logística do espaço não garante inclusão social; e as Moreninhas sintetizam a contradição entre centralidade popular, presença de equipamentos urbanos e persistência de elevada demanda social. Em conjunto, esses bairros mostram que a vulnerabilidade assume formas distintas, mas mantém como traço comum a desigual distribuição de infraestrutura, renda, oportunidades e serviços públicos.

A permanência de vulnerabilidade elevada em parte desses bairros, mesmo após mais de duas décadas, indica que o crescimento urbano e a ampliação pontual de serviços não foram suficientes para romper a rigidez territorial da pobreza. A melhora relativa observada em

alguns casos deve ser interpretada com cautela, pois não significa eliminação das carências estruturais. Ao contrário, os dados reforçam que a vulnerabilidade social é produzida e reproduzida por processos históricos de urbanização desigual, nos quais determinados territórios acumulam déficits de infraestrutura, moradia, mobilidade, saneamento, equipamentos públicos, proteção social e oportunidades de trabalho e renda.

Nesse contexto, os serviços públicos básicos assumem papel central. A presença de equipamentos de saúde, educação, assistência social, segurança, mobilidade e proteção social é condição indispensável para mitigar os efeitos da vulnerabilidade e ampliar o acesso a direitos. Entretanto, esta pesquisa demonstrou que a simples existência formal de equipamentos não assegura inclusão social. É necessário avaliar sua localização, cobertura, capacidade de atendimento, integração entre políticas públicas e adequação à demanda territorial. Bairros densamente povoados, dispersos, ambientalmente frágeis ou marcados por pobreza persistente exigem respostas diferenciadas, contínuas e territorializadas.

A rede socioassistencial existente em 2024, composta por CRAS, CREAS, PAIF, SCFV, Cadastro Único, Bolsa Família, BPC, benefícios eventuais, centros de convivência, unidades de acolhimento e ações de inclusão produtiva, representa avanço importante para a proteção social no município. Contudo, sua efetividade depende da capacidade de articulação com políticas urbanas mais amplas. Assistência social, habitação, saneamento, transporte, saúde, educação, segurança, meio ambiente e geração de renda devem operar de forma integrada, pois a vulnerabilidade vivida nos bairros não se apresenta de maneira fragmentada. Ela se manifesta simultaneamente na renda familiar, no acesso à moradia, no tempo de deslocamento, na qualidade ambiental, na oferta de equipamentos e na possibilidade concreta de participação na vida urbana.

Outro aspecto relevante diz respeito aos limites metodológicos da comparação temporal. Os levantamentos de 2000, 2010 e 2024 não foram construídos exatamente com os mesmos procedimentos, indicadores e escalas de mensuração. Por isso, seus resultados não devem ser lidos como uma comparação numérica direta e linear, mas como uma análise relativa das posições ocupadas pelos bairros e regiões no conjunto urbano em cada período. Essa cautela metodológica não diminui a importância dos dados; ao contrário, reforça a necessidade de interpretá-los como evidências territoriais da permanência, melhora relativa ou agravamento da vulnerabilidade social em diferentes momentos da história recente de Campo Grande.

A principal contribuição desta dissertação está em demonstrar que a vulnerabilidade social em Campo Grande possui forte dimensão territorial e que sua superação exige políticas

públicas orientadas pela escala do bairro. A análise dos cinco territórios selecionados evidencia que não basta ampliar genericamente a oferta de serviços no município; é necessário reconhecer as especificidades de cada área, suas trajetórias históricas, suas demandas sociais e sua inserção desigual na dinâmica urbana. O planejamento público deve, portanto, combinar diagnóstico espacial, escuta territorial, integração intersetorial e monitoramento permanente dos indicadores sociais.

Como recomendações, a pesquisa aponta para a necessidade de fortalecer políticas territoriais de longo prazo nos bairros mais vulnerabilizados. No Centro-Oeste, são prioritárias ações de infraestrutura, mobilidade, saneamento, habitação e geração de renda. No Noroeste, é fundamental enfrentar a permanência de bolsões de pobreza em meio à valorização da Região Prosa, articulando urbanização, regularização fundiária e equipamentos sociais. Na Mata do Segredo, as políticas devem integrar proteção ambiental, preservação das nascentes, drenagem, saneamento e melhoria das condições de moradia. No Núcleo Industrial, torna-se necessário aproximar desenvolvimento econômico, inclusão produtiva, transporte, habitação e proteção social. Nas Moreninhas, a densidade populacional e a centralidade popular exigem ampliação da capacidade de atendimento em saúde, educação, assistência social, segurança, lazer e trabalho.

Por fim, esta dissertação reafirma que o enfrentamento da vulnerabilidade social em Campo Grande depende da capacidade do poder público de transformar informação territorial em ação planejada. Os índices de inclusão, exclusão, pobreza e vulnerabilidade não devem ser compreendidos apenas como diagnósticos estatísticos, mas como instrumentos de justiça socioespacial. Eles indicam onde a cidade concentra carências, onde os direitos urbanos são vividos de forma incompleta e onde a presença do Estado precisa ser fortalecida. Assim, superar a vulnerabilidade nos bairros analisados significa avançar na efetivação do direito à cidade, garantindo que infraestrutura, serviços, oportunidades e qualidade de vida alcancem de forma mais justa os territórios historicamente marcados pela exclusão.

Tabela 04 – Síntese socioeconômica dos bairros analisados no Capítulo 3 e serviços municipais de mitigação em 2024

Bairro e região	Situação socioeconômica em 2000	Evolução em 2010	Condição em 2024	Principais vulnerabilidades	Serviços municipais e ações necessárias
Centro-Oeste – Anhanduizinho	Pobreza muito alta, próxima de 1,0, configurando o caso mais	Permaneceu em patamar elevado, com forte presença de	IVS muito alto, mantendo-se entre os bairros mais	Baixa renda, infraestrutura urbana insuficiente, mobilidade	Fortalecimento do CRAS, PAIF, SCFV, Cadastro Único, Bolsa

	crítico em 2000.	famílias vulneráveis e rigidez territorial da pobreza.	vulneráveis de Campo Grande-MS.	limitada, precariedade habitacional e acesso desigual a serviços públicos.	Família, benefícios eventuais, qualificação profissional, mobilidade urbana, saneamento e políticas de renda.
Noroeste – Prosa	Pobreza elevada em uma região marcada por forte valorização urbana e contrastes internos.	Manteve vulnerabilidade elevada, sem superação dos bolsões de pobreza da Região Prosa.	IVS muito alto, evidenciando permanência da exclusão em meio a áreas valorizadas.	Desigualdade intraurbana, carência de equipamentos públicos, renda insuficiente e invisibilidade frente às médias regionais favoráveis.	Busca ativa do CRAS, atualização do Cadastro Único, PAIF, SCFV, ações de educação, saúde, qualificação profissional e monitoramento territorial para evitar ocultamento da pobreza.
Moreninhas – Bandeira	Pobreza alta, associada à expansão urbana popular e à elevada demanda por serviços públicos.	Agravamento expressivo, consolidando-se como principal ponto crítico da Região Bandeira.	Vulnerabilidade elevada, indicando permanência de carências sociais e pressão populacional sobre a rede pública.	Alta densidade populacional, baixa renda, demanda por saúde, educação, assistência social, mobilidade e infraestrutura urbana.	Ampliação da capacidade do CRAS, PAIF, SCFV, Bolsa Família, BPC, benefícios eventuais, Centros de Convivência, ações intersetoriais com saúde, educação, trabalho e renda.
Mata do Segredo – Segredo	Pobreza alta, já indicando situação crítica na porção norte do município.	Agravamento expressivo, passando para patamar ainda mais elevado de pobreza e exclusão.	Classificação média, sugerindo melhora relativa, mas sem eliminar o histórico de vulnerabilidade acumulada.	Urbanização incompleta, infraestrutura desigual, menor densidade de serviços, risco de retrocesso e necessidade de monitoramento contínuo.	CRAS, CREAS quando houver violação de direitos, PAIF, SCFV, Cadastro Único, benefícios eventuais, ações de infraestrutura urbana,

					saneamento, transporte, saúde e acompanhamento preventivo.
Núcleo Industrial – Imbirussu	Pobreza elevada e alto índice de famílias com necessidades, apesar da função produtiva do território.	Permaneceu em condição crítica, reforçando a dissociação entre atividade econômica e inclusão social.	Maior IVS de Campo Grande-MS, configurando o caso mais grave de vulnerabilidade em 2024.	Baixa renda, precariedade habitacional, transporte insuficiente, infraestrutura frágil, acesso desigual ao trabalho formal e aos benefícios econômicos locais.	CRAS, CREAS, Cadastro Único, Bolsa Família, BPC, Banco de Alimentos, qualificação profissional, inclusão produtiva, habitação, transporte, saneamento e integração entre desenvolvimento econômico e proteção social.

Fonte: Elaboração própria, com base em Sauer e Campêlo (2005), Sauer, Campêlo e Capillé (2012) e Sauer, Campêlo e Capillé (2024).

A síntese apresentada na Tabela 04 confirma que a vulnerabilidade social em Campo Grande-MS possui caráter persistente, multidimensional e territorialmente concentrado. Centro-Oeste, Noroeste, Moreninhas, Mata do Segredo e Núcleo Industrial apresentam trajetórias distintas, mas compartilham carências que ultrapassam a insuficiência de renda e envolvem habitação, saneamento, mobilidade, infraestrutura urbana, acesso a equipamentos públicos e inserção no trabalho. A posição relativamente menos crítica da Mata do Segredo em 2024 não significa superação das desigualdades acumuladas, enquanto a permanência do Centro-Oeste, do Noroeste e das Moreninhas em faixas elevadas e a condição extrema do Núcleo Industrial demonstram que melhorias gerais do município não alcançaram todos os territórios com a mesma intensidade. Desse modo, a hipótese da pesquisa é confirmada: as transformações observadas ao longo do século XXI foram desiguais no espaço intraurbano, e a presença formal de serviços públicos, quando desacompanhada de cobertura, acessibilidade, capacidade de atendimento e continuidade, mostra-se insuficiente para romper ciclos de vulnerabilidade. O enfrentamento dessas desigualdades exige planejamento orientado pela escala dos bairros, monitoramento periódico dos indicadores e políticas intersetoriais que articulem assistência social, saúde, educação, habitação, saneamento, mobilidade, segurança alimentar, qualificação profissional e geração de trabalho e renda. Assim, a Tabela 04 não

apenas encerra a comparação dos bairros críticos, mas evidencia que a efetivação do direito à cidade depende da conversão da presença institucional do Estado em proteção social e oportunidades concretas nos territórios mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

ABRITA, Mateus Boldrine et al. **Índice de Vulnerabilidade Social: uma análise econômica nos municípios de Mato Grosso do Sul no período de 2000 até 2023.** Interações, Campo Grande, MS, v. 26, e26314941, jan./dez. 2025. DOI: https://doi.org/10.20435/inter.v26i1.4941. Acesso em: 20 fev. 2026.

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de (org.). **Compreender os riscos de desastres: contribuições a partir do conhecimento geográfico dos perigos e vulnerabilidades**. Natal: EDUFRN, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46080>. Acesso em: 22 jan. 2026.

AMORIM, Raul Reis; ALVES, Isabelle Salazar Vieira; MAGDALENA, Ulises Rodrigo. Vulnerabilidade social: uma metodologia de matriz de dados geográficos no município de Petrópolis, Rio de Janeiro. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 45, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/geouerj.2024.77950. Acesso em: 20 jul. 2025.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e Campo**: **relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 33-52.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasvulnerabilidade>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: MDS, 2004. Acesso em: 24 ago. 2025.

CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal de Campo Grande. **Prefeitura investe em obras que transformam a infraestrutura do Jardim Noroeste**. Campo Grande, 1 jul. 2025. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/prefeitura-investe-em-obras-que-transformam-a-infraestrutura-do-jardim-noroeste/>. Acesso em: 12 jun. 2026.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1992. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555412857. Acesso 15 jul. 2026.

CANÇADO, Airton Cardoso; SOUZA, Maria de Fátima de; CARDOSO, Bruno Luiz. **Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades.** Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 145-160, set./dez. 2014. DOI: 10.4215/RM2014.1303.0002. Acesso em: 6 jul. 2026.

CAMPOS, Mateus. **Pobreza no Brasil: causas e consequências**. Mundo Educação, 2023. Acesso em: 1 jun. 2025.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube**. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, e00101417, 2018. DOI: 10.1590/0102-311X00101417. Acesso em: 6 jul. 2026.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94 p. Série Princípios, v. 174.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira (org.). **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: IPEA, 2015. Acesso em: 17 jul. 2025.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Acesso em: 17 jun. 2026.
CORRÊA, Roberto Lobato. ***O espaço urbano***. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. 94 p. (Série Princípios, n. 174). Disponível em: https://kupdf.net/download/corr-ecirc-a-roberto-lobato-o-espac-o-urbano-pdf_590b94f3dc0d60840e959ef0_pdf. Acesso em: 24 jun. 2026.

CUTTER, Susan L. **Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. In: Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1996. Acesso em: 20 jul. 2025.

FILGUEIRA, Carlos H.; KATZMAN, Rubén. ***Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructuras de oportunidades***. Montevideo: Oficina de la CEPAL en Montevideo, 1999. (Estudios e Investigaciones, n. 28663). Disponível em: https://ideas.repec.org/p/ecr/col129/28663.html. Acesso em: 24 jul. 2026.

FUNARI, Armando Palermo et al. **Atualização do IVS a partir da PNAD Contínua 2020 e 2021: aspectos metodológicos e breves comentários sobre seus resultados**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Brasília, n. 28, p. 117-123, jul./dez. 2022.

GARCÍA, Adir Valdemar; HILLESHEIM, Jaime. **Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise.** Educar em Revista, v. 33, n. 68, p. 131-147, 2017. DOI: 10.5380/edu.v33i68.51503. Acesso em: 20 jul. 2025.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2024. Disponível em: ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/campo-grande.html. Acesso em: 28 maio 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: IPEA; PNUD; FJP, 2013. Disponível em: atlasbrasil.org.br. Acesso em: 10 ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mapeamento da vulnerabilidade social no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Acesso em: 10 ago. 2025.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, ago./dez. 2012. Acesso em: 26 maio 2025.

KAZTMAN, Rubén. **La vulnerabilidad social en América Latina. Santiago**: CEPAL, 2001. Serie Población y Desarrollo, n. 30. Disponível em: hdl.handle.net/11362/20046. Acesso em: 20 jul. 2025.

LAVELL, Allan. **Local level risk management: concepts and experience in Central America**. New Delhi: Disaster Preparedness and Mitigation Summit, 2003. Disponivel em:

https://www.desenredando.org/public/articulos/2003/llrmceca/llrmceca_abr-24-2003.pdf. Acesso em: 01 ago. 2026.

LOPES, Paulo Cícero Borges; PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves. **Análise espacial do índice de vulnerabilidade social nas novas divisões regionais do Estado de Minas Gerais-Brasil.** Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 16, n. 3, p. 173-191, 2022. DOI: 10.5216/ag.v16i3.73627. Acesso em: 6 jul. 2026.

LESSA, R. N.; COSTA, M. A. **Exclusão social e políticas públicas: algumas reflexões a partir das experiências descritas no Programa Gestão Pública e Cidadania.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, 2002. Acesso em: 26 maio 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. **Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia.** Revista Brasileira de Estudos de População, v. 22, n. 1, p. 29-53, 2005. Acesso em: 7 nov. 2024.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes,

MEDEIROS, Cleyber Nascimento de. **Vulnerabilidade socioambiental do município de Caucaia (CE): subsídios ao ordenamento territorial**. 2014. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. Acesso em: 24 jan. 2025.

MENDES, Rafael Pereira da Silva. **Desigualdade social no Brasil**. Brasil Escola, 2024. Acesso em: 1 jun. 2025.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREL, Lucia. ***Na mesma área de bairros ricos, Noroeste é entrave na infraestrutura e habitação***. Campo Grande News, Campo Grande, 28 jan. 2024. Disponível em: https://cdn1.campograndenews.com.br/cidades/capital/na-mesma-area-de-bairros-ricos-noroeste-e-entrave-na-infraestrutura-e-habitacao. Acesso em: 12 jun. 2026.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das desigualdades sociais em Campo Grande**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Dantas de**. Vulnerabilidade social e crise sanitária no Brasil**. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 9, e00071721, 2021. DOI: 10.1590/0102-311X00071721. Acesso em: 6 jul. 2026.

OLIVEIRA, Jaquelinne Neves de. **Urbanização e vulnerabilidade social: a evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021**. 2023. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2023. Acesso em: 25 out. 2024.

CAMPO GRANDE (MS). Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano – PLANURB. ***Mapeamento da vulnerabilidade social de Campo Grande*****. Campo Grande,**

MS: PLANURB, 2024. Disponível em: https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/vulnerabilidade/. Acesso em: 07 ago. 2026.

PEDROSO, Mateus. **Desigualdade social no Brasil: causas, consequências e dados**. Politize!, 2020. Acesso em: 6 jul. 2026.

OXFAM BRASIL. **Vulnerabilidade social no Brasil: como anda o amparo à população?** Oxfam Brasil, 2022. Acesso em: 25 jul. 2025.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Tradução de Camila Giorgetti e Tereza Maria Lourenço Pereira. São Paulo: EDUC; Cortez, 2003.

PEDERSEN, Bruno F.; SILVA, Ana R. **O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil.** Revista Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 13-26, 2013. Acesso em: 25 set. 2025.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Marcelo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez; Fapesp, 2003.

PRONI, Marcelo. **Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011).** Brasília: IPEA, 2011. Acesso em: 25 out. 2024.

2001. ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2017. 88 p. (Coleção Primeiros Passos, v. 203).

SANTOS, Ana. **Vulnerabilidade social: o que significa esse conceito?** Politize!, 17 set. 2020. Acesso em: 10 fev. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SAUER, Leandro; CAMPÊLO, Estevan. **Mapeamento dos índices de inclusão/exclusão social em Campo Grande-MS**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

SAUER, Leandro; CAMPÊLO, E. H. R.; CAPILLÉ, M. A. L. **O mapeamento dos índices de inclusão e exclusão social em Campo Grande-MS: uma nova reflexão**. Campo Grande: Oeste, 2012.

SAUER, Leandro; CAMPÊLO, E. H. R.; CAPILLÉ, M. A. L. **O mapeamento dos índices de inclusão e exclusão social em Campo Grande-MS: uma nova reflexão**. Campo Grande: Oeste, 2024.

SAUER, Leandro et al. **Vulnerabilidade social no Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SEAD-MS, 2024. Acesso em: 1 jun. 2025.

SOJA, Edward W. **Seeking spatial justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 560p. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 4, p. 169–174, 2002. DOI: 10.35416/geoatos.v1i4.7629. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/7629. Acesso em: 24 jul. 2026.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** In: Desigualdades raciais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2018.

VIEIRA, et al. **O Índice de Vulnerabilidade Social como instrumento para a construção de políticas públicas no nível microterritorial**. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-17, jan./abr. 2024. Acesso em: 21 jan. 2025.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.